



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Ingrid de Oliveira Matos

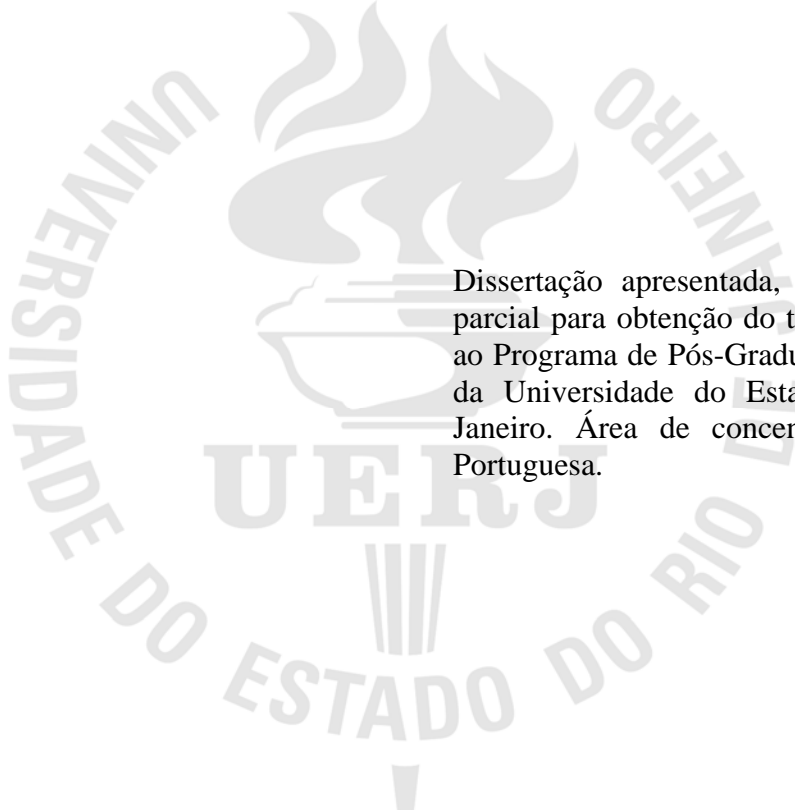
**Entre o cambucá e a nêpera: aspectos do português brasileiro em  
*O Tronco do Ipê* e o projeto romântico de José de Alencar**

Rio de Janeiro

2014

Ingrid de Oliveira Matos

**Entre o cambucá e a nêspira: aspectos do português brasileiro em  
*O Tronco do Ipê* e o projeto romântico de José de Alencar**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos de Azeredo

Rio de Janeiro

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

M433 Matos, Ingrid de Oliveira.  
Entre o cambucá e a nêspira: aspectos do português brasileiro em O tronco do ipê e o projeto romântico de José de Alencar / Ingrid de Oliveira Matos. – 2014.  
88 f.: il.

Orientador: José Carlos de Azeredo.  
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Alencar, José de, 1829-1877. O tronco do ipê – Teses.  
2. Alencar, José de, 1829-1877. Sonhos d'ouro – Teses. 3. Língua portuguesa - Pronomes – Teses. 4. Língua portuguesa - Brasil – Teses. 5. Língua portuguesa – Análise do discurso – Teses. I. Azeredo, José Carlos de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 806.90-541.44:869.0(81)-3

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte

---

Assinatura

---

Data

Ingrid de Oliveira Matos

**Entre o cambucá e a nêpera: aspectos do português brasileiro em  
*O Tronco do Ipê* e o projeto romântico de José de Alencar**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em 31 de março de 2014.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. José Carlos de Azeredo (Orientador)  
Instituto de Letras - UERJ

---

Prof. Dr. André Nemi Conforte  
Instituto de Letras - UERJ

---

Prof. Dr. Irineu Eduardo Jones Corrêa  
Biblioteca Nacional

Rio de Janeiro

2014

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Ana e Antonio.

Por tudo que aprendi com ela  
e por tudo que não houve tempo para aprender com ele.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Ana, e ao meu irmão, Bruno, por sempre acreditarem em mim. Um agradecimento especial a ela pelos mimos que recebi nas horas que passei diante do computador.

Ao meu sempre-namorado Marcello pelo apoio incondicional, pelas lágrimas que molharam seus ombros durante a elaboração deste trabalho e pelos nossos onze apaixonantes anos.

Ao professor José Carlos, que fez de pequenas conversas grandes aulas de língua, de literatura e de vida.

Ao professor Marcus Vinicius Soares pelas preciosas aulas sobre José de Alencar; e ao professor Sérgio Nazar David por ter despertado em mim, durante a graduação, a curiosidade pelo século XIX, sem a qual o projeto deste trabalho não seria possível.

Às minhas amigas que, ao lerem estas palavras, se reconhecerão nelas; e aos meus amigos-professores que ora me emprestaram livros ora me emprestaram palavras de estímulo.

A todos os meus professores, que sempre foram as minhas maiores referências intelectuais e humanas.

Aos meus alunos, que me fizeram tantas vezes parar o andamento desta pesquisa para planejar aulas que os fizessem redescobrir o aprendizado de língua portuguesa.

O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pera, o damasco e a nêpera?

Portanto, ilustres e não ilustres representantes da crítica, não se constanjam. Censurem, piquem, ou calem-se, como lhes aprouver. Não alcançarão jamais que eu escreva neste meu Brasil cousa que pareça vinda em conserva lá da outra banda, como a fruta que nos mandam em lata.

*José de Alencar*

## RESUMO

MATOS, Ingrid de Oliveira. *Entre o cambucá e a nêspera: aspectos do português brasileiro em O tronco do ipê e o projeto romântico de José de Alencar*. 2014. 88 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Esta dissertação investiga tendências pronominais encontradas na obra *O Tronco do Ipê* (1871), de José de Alencar, situando o romance no contexto literário em que se insere o autor – o Romantismo. Também utilizamos o romance *Sonhos d'Ouro* (1872) em situações em que foram necessários contrapontos. O primeiro elemento pronominal analisado foi a frequência e a deriva gramatical da construção *a gente*, típica da variedade americana da língua portuguesa e etapa final do processo da *gramaticalização*, que a tornou equivalente a *nós*. Quanto ao *a gente*, nossa finalidade foi averiguar em que medida esse recurso da língua coloquial foi incorporado pelo ilustre prosador brasileiro. O segundo elemento analisado foi a colocação pronominal, largamente mencionada tanto por críticos contemporâneos ao autor cearense quanto por aqueles estudiosos do legado alencariano e romântico para a expressão linguística na literatura. Para a colocação pronominal, levantamos dados diversos que possam confirmar ou questionar os estudos já existentes. Por fim, estudamos ainda o significado do aparecimento/ausência do pronome reto como acusativo ou como acusativo-sujeito na língua literária de Alencar. Esta pesquisa pretende ser uma contribuição a um capítulo da história do português escrito no Brasil.

Palavras-chave: José de Alencar. Pronomes. Português Brasileiro.



## ABSTRACT

MATOS, Ingrid de Oliveira. *Regarding the "cambucá" and the "nêspira"*: Brazilian portuguese features in *O Tronco do Ipê* and romantic purpose of José de Alencar. 2014. 88 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

This dissertation investigates pronominal trends found in the novel *O Tronco do Ipê* (1871), by José de Alencar, situating it in the literary context in which the author was – The Romanticism. It has also been used the novel *Sonhos d'Ouro* (1872) (to counterpoint in specific situations). The first pronominal element analysis was the frequency and grammatical construction from *a gente*, the typical American variety of Portuguese and final step of the process of grammaticalization, which became equivalent to *nós*. Our purpose was to examine to what extent this feature of colloquial language was incorporated by the renowned Brazilian prosaist. The second element analyzed was pronoun placement, widely mentioned not only by contemporary critics, but also by studios of the “Alencarian” and romantic legacy of this linguistic expression in literature. For pronoun placement, we have raised several data that can confirm or question the existing studies. Finally, we have studied the significance of the appearance/absence of the pronoun as accusative or as accusative-subject in Alencar’s literary language. This research is a contribution to a chapter in the history of written Portuguese in Brazil.

Keywords: José de Alencar. Pronouns. Brazilian Portuguese.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Traços de nomes e pronomes .....	46
Tabela 2 – Processo de gramaticalização do <i>a gente</i> em <i>TI</i> .....	68
Tabela 3 – Processo de gramaticalização do <i>a gente</i> em <i>SO</i> .....	73
Tabela 4 – Ambiente sintático de <i>a gente</i> como substantivo .....	75

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ocorrências de <i>a(s) gente(s)</i> em <i>O Tronco do Ipê</i> .....	67
Gráfico 2 – Ocorrências de <i>a(s) gente(s)</i> em <i>Sonhos d'Ouro</i> .....	72

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GT Gramática Tradicional

PE Português Europeu

PB Português Brasileiro

TI *O Tronco do Ipê*

SO *Sonhos d'Ouro*

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
1 METODOLOGIA.....	17
2 ALENCAR E O PROJETO ROMÂNTICO .....	19
2.1 Crítica e defesa de Alencar .....	21
2.1.1 Pós-Escrito à 2ª edição de <i>Diva</i> (1º de agosto de 1865).....	21
2.1.2 Pós-Escrito à 2ª edição de <i>Iracema</i> (1870).....	22
2.1.3 <u>Bênção Paterna</u> (1872) .....	25
2.1.4 <u>Questão Filológica</u> (1874) .....	27
2.1.5 <u>O Nosso Cancioneiro</u> (1874).....	29
2.2 Noções sobre língua literária e língua falada .....	30
2.3 <i>O Tronco do Ipê</i> como <i>corpus</i> e <i>Sonhos d'Ouro</i> como grupo-controle .....	32
3 PORTUGUÊS EUROPEU E PORTUGUÊS BRASILEIRO: UM ANTIGO PROBLEMA .....	35
3.1 Considerações de Gladstone Chaves de Melo .....	35
3.1.1 <u>A Língua do Brasil</u> .....	35
3.1.2 <u>Alencar e a “língua brasileira”</u> .....	37
3.2 Considerações de Celso Cunha.....	39
3.3 Separatistas contemporâneos: Marcos Bagno e Fernando Tarallo .....	41
4 A CLASSE DOS PRONOMES E AS NOSSAS GRAMÁTICAS .....	43
4.1 Sobre o processo de <i>gramaticalização</i> .....	47
4.2 <i>A gente</i> e o processo de <i>gramaticalização</i> .....	49
4.3 A colocação pronominal.....	53
4.4 A colocação pronominal e o caso específico de Alencar.....	57
4.5 O pronome reto como acusativo ou como acusativo-sujeito.....	58
5 ESTUDO DOS DADOS .....	62
5.1 <i>A gente</i> em <i>O Tronco do Ipê</i> .....	62
5.1.1 <u>Uso substantivo</u> (equivalente a <i>pessoas</i> ) .....	62
5.1.2 <u>Uso pronominal</u> (equivalente a <i>nós</i> ).....	63
5.1.3 <u>Uso ambíguo</u> (possível inclusão do falante).....	66
5.2 <i>A gente</i> em <i>Sonhos d'Ouro</i> .....	70
5.2.1 <u>Uso substantivo</u> (equivalente a <i>pessoas</i> ) .....	70
5.2.2 <u>Uso pronominal</u> (equivalente a <i>nós</i> ).....	71

5.2.3 <u>Uso ambíguo (possível inclusão do falante)</u> .....	71
5.3 <b>Observações sobre o ambiente sintático de <i>a gente</i></b> .....	75
5.4 <b>Estudo das formas oblíquas</b> .....	78
5.4.1 <u>A colocação pronominal em <i>O Tronco do Ipê</i></u> .....	78
5.4.2 <u>O pronome reto como acusativo ou como acusativo-sujeito</u> .....	81
<b>CONCLUSÕES</b> .....	83
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	85

## INTRODUÇÃO

José de Alencar é, sem dúvida, um dos maiores nomes da prosa de ficção no Brasil. Muito já se tratou a respeito de sua grandeza literária e de sua importância para os primeiros passos da formação de uma literatura de fato brasileira. Como consequência de seu projeto literário, manteve constante preocupação com a língua, arriscando inclusive palpites a uma teoria linguística ainda emergente. Confirma-nos essa ideia Celso Cunha (1977, p. 40):

[Alencar foi] um profundo estudioso dos processos literários e, sem sombra de dúvida, um linguista, dentro – é claro – das concepções científicas da época. E nesse particular ninguém no Brasil do seu tempo o superava mesmo nos conhecimentos teóricos.

Fato curioso apontado também por Cunha (1977) é o de que Alencar poderia ter sido criticado à época pela escolha do tema indianista ou pela idealização do indígena, mas isso não aconteceu. As censuras contemporâneas recaíram sobre sua expressão linguística, seu vocabulário e sintaxe. Assim, o autor de *Iracema* desejou implementar na literatura o resultado de suas reflexões linguísticas e foi alvo de críticas como a do português Pinheiro Chagas e a do escritor maranhense Henriques Leal. Defende-se, então, numa série de escritos e prefácios, dentre os quais o Pós-Escrito à 2ª edição de *Iracema* (1870), onde se lê:

(...) limito-me por enquanto a manifestar minha opinião, ou antes, meu gosto em matéria de estilo. Assim aqueles que censuram minha maneira de escrever, saberão que não provém ela, mercê de Deus, da ignorância dos clássicos, mas de uma convicção profunda a respeito da decadência daquela escola. (ALENCAR, 1965, p. 179-80)

Outro importantíssimo documento em que José de Alencar fez manifestações de seu ideal linguístico-literário é o prefácio do livro *Sonhos d'Ouro*, intitulado “Bênção Paterna” (1872). Nele, constatamos que Alencar fora muito influenciado pelas tendências deterministas da linguística de Jacob Grimm e Max Müller:

Estando provado pelas mais sábias e profundas investigações começadas por Jacob Grimm, e ultimamente desenvolvidas por Max Müller, a respeito da apofonia, que a transformação mecânica das línguas se opera pela modificação dos órgãos da fala, pergunto eu, e não se riam, que é mui séria a questão: // O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pera, o damasco e a nêspera? (ALENCAR, 1951, p. 38)

Sabemos que a relação entre alimentação e língua é improcedente, mas não será exagero entender que, por essas palavras, o autor intuía a necessidade de uma literatura que

explorasse as riquezas da cultura brasileira, os tipos sociais e seus falares. Portanto, é a preocupação com a escrita e com uma possível “língua brasileira” o que mais nos tem chamado atenção na obra do autor, de modo que, neste trabalho, analisaremos um romance muito pouco explorado – *O Tronco do Ipê* (1871) – para investigar sua preocupação com o falar brasileiro e, nesse sentido, enriquecer de alguma forma os estudos linguísticos do português brasileiro do século XIX.

Recorremos neste trabalho, inúmeras vezes, ao professor Gladstone Chaves de Melo, incansável observador dos recursos linguísticos explorados por Alencar, cuja tese é a de que “Alencar escreveu em *língua* portuguesa com *estilo* brasileiro” (MELO, 1972, p. 46, grifo do autor). Para sustentá-la, Chaves de Melo utiliza-se de passagens extraídas de *O Guarani*, *Iracema* e *Ubirajara* por acreditar serem essas obras nacionalistas por excelência “onde ele [Alencar] mais largamente daria asas a seus ímpetos de inovador linguístico, se os tivesse” (MELO, 1972, p. 45).

Talvez a premissa de Gladstone Chaves de Melo esteja equivocada porque esses romances são justamente aqueles impregnados de conteúdo pitoresco e alegórico, representação que se deduz das próprias palavras de Machado de Assis em crítica de 1866: “Eis o que é *Iracema*, criatura copiada da natureza, idealizada pela arte, mostrando através da rusticidade dos costumes, uma alma própria para amar e para sentir.” (ASSIS, 1957, p. 19)

Quanto à escolha de romances para estudo linguístico, concordamos com a sugestão de Preti (2000, p. 75): “(...) a prosa em que poderia ocorrer uma fixação mais perfeita das variações linguísticas seria, provavelmente, a de costumes, porque nela a linguagem é, para o autor, um elemento expressivo a mais na caracterização do ambiente.”

Apesar de *O Tronco do Ipê* não se configurar exatamente como *romance de costumes*, mas, tradicionalmente, como *romance regionalista*, trata-se de obra capaz de explorar diálogos resultantes do convívio entre diferentes grupos sociais (o branco, o negro, o agregado), ora reconhecendo aspectos da cor local em tensão com elementos cosmopolitas, ora evidenciando contrapontos culturais do Brasil do século XIX.

A despeito de tratar-se de um estudo de obra literária, é preciso ressaltar que nosso objetivo tem caráter linguístico. Sabemos, contudo, que não podemos ignorar as relações narrativas internas ao romance selecionado, o perfil social dos personagens bem como o projeto linguístico-literário no qual o autor está inserido – o Romantismo.

Para além de Gladstone Chaves de Melo, os estudiosos que se dedicaram à análise das escolhas linguísticas de Alencar, as quais demonstrariam sua valorização do português brasileiro, apontam recursos como a colocação dos pronomes átonos, o *ele* como objeto



direto, dentre outros aspectos (cf. ELIA, 1975). Portanto, inicialmente, uma vez já levantados, esses dois pontos são, de antemão, importantes para a análise da obra selecionada.

Sobre a colocação pronominal – tema tão caro aos nossos modernistas –, vale ressaltar uma observação do poeta Manuel Bandeira, em carta a Mário de Andrade, em relação a Alencar:

Sabe que estou lendo? *O Sertanejo* de Alencar. Fica-se espantado de relembrar a guerra que fizeram ao homem por causa do tal de dialeto brasileiro. Afinal o brasileirismo de Alencar quase que só consistia em pospor os pronomes oblíquos nas orações relativas! Isso mesmo acho que por elegância toda pessoal pois fazia a mesma coisa com os participios presentes contrariando a tendência brasileira que é de anteposição. “O Ajudante foi arredando-se à feição de retirar-se.” (MORAES, 2001, p. 270)

A citação parece-nos relevante porque Manuel Bandeira questiona o *status* de Alencar como legítimo usuário de um “brasileirismo”. Segundo o modernista, Alencar ter-se-ia restringido à posposição de pronomes em orações relativas. Esse fato ratifica a necessidade de uma investigação a respeito da colocação pronominal.

Além da colocação e do uso do *ele* como acusativo, percebemos em *O Tronco do Ipê* alguns aspectos na fala dos personagens negros ou de classe baixa que poderiam denunciar a sensibilidade de Alencar para os usos da língua popular e da língua falada em sua época. Entre esses aspectos, observamos a recorrência da expressão *a gente* como substituta do pronome *nós*, o que parece incompatível com a linguagem dos romances do século XIX.

Muitos têm sido os trabalhos dedicados ao uso do *a gente* no português do Brasil. Para citar duas contribuições *a priori*, Lopes & Vianna (2013) constataram a maior tendência da variedade brasileira em utilizar a forma *a gente* (e não *nós*) em relação aos portugueses; e Omena & Braga (1996) comprovaram que *a gente*, como expressão substituta de *nós*, passou em português pelo processo de gramaticalização, advindo então do sintagma nominal composto por artigo e substantivo – *a + gente*.

Se de um lado, a colocação pronominal e o uso do pronome reto como acusativo já haviam sido levantados como marcas de português brasileiro em Alencar, de outro lado, entendemos que a investigação do *a gente* pode evidenciar recurso fundamental utilizado pelo romancista. Não por acaso, esses três recursos escolhidos estão relacionados diretamente à categoria dos pronomes, ponto crítico nas divergências entre o português europeu (PE) e o português brasileiro (PB).

Sendo assim, serão nossos objetivos neste trabalho: (i) investigar o *status* de José de Alencar como renovador/inventor de uma língua brasileira na literatura; (ii) situar o autor no

projeto do Romantismo; (iii) relacionar as escolhas linguísticas de Alencar ao estrato social a que pertence determinado personagem; (iv) contribuir, de forma comedida, para os estudos de gramaticalização da forma *a gente* no século XIX.

## 1 METODOLOGIA

Como já evidenciado, utilizamos como *corpus* fundamental o romance *O Tronco do Ipê*, publicado em 1871. Em caso de alguma hipótese levantada ou de necessidade de contraponto, observamos ainda a obra *Sonhos d'Ouro*, de 1872. Ambos romances de José de Alencar.

Levantamos todas as ocorrências de *(a) gente(s)* em *O Tronco do Ipê* e em *Sonhos d'Ouro* para averiguar seu comportamento sintático-semântico e, em seguida, identificar se se tratava de substantivo ou pronome. Parte-se da hipótese de que haja mais ocorrências pronominais no primeiro romance pelo número maior de personagens populares, que dominariam a variedade popular da língua<sup>1</sup>. Assim, o foco da análise será *O Tronco do Ipê*, e *Sonhos d'Ouro* servir-nos-á de grupo-controle para a comparação.

Para a análise da colocação pronominal, não consideramos necessário nem produtivo fazer o levantamento de todos os casos. Já nos casos de pronome reto como acusativo (ou como acusativo-sujeito), estudamos os casos raros encontrados em *O Tronco do Ipê*, já que não estiveram registrados em *Sonhos d'Ouro*.

Tivemos o rigor de colocar ao lado da referência de página o nome do personagem que pronunciou tal citação caso esta não tenha sido parte do discurso do narrador. Sendo do narrador, não há indicação.

Ainda é preciso dizer que, ao transcrevermos trechos dos romances estudados, optamos por colocá-las no corpo do texto e utilizamos as iniciais do título ao lado da respectiva página da qual o trecho fora extraído: *O Tronco do Ipê* (TI) e *Sonhos d'Ouro* (SO). Foram atualizadas, de acordo com a ortografia vigente, as passagens transcritas seja da bibliografia teórica seja dos *corpora*.

Como linhas teóricas, utilizamos como fonte de consulta e cotejo de conceitos importantes de gramáticas tradicionais do século XX, como a *Grammatica Descriptiva* (1916), de Maximino Maciel, a *Gramática Expositiva* (1957), de Eduardo Carlos Pereira, a *Moderna Gramática Portuguesa* (1999), de Evanildo Bechara, e a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (2001), de Celso Cunha e Lindley Cintra. Como fonte de natureza descritiva, serão utilizadas as seguintes gramáticas: *Gramática Houaiss* (2008) de José Carlos

---

<sup>1</sup> Nelize Omena (1996b) detectou alguns dados importantes sobre a alternância *nós/a gente* relacionadas à nossa hipótese: falantes escolarizados tendem a usar mais a forma padrão quando não estão em contato com a escola; e falantes financeiramente mais favorecidos e os mais expostos à mídia tendem a utilizar a forma *nós*.

de Azeredo, *Gramática do português culto falado no Brasil* (2008) – mais exatamente o volume III –, organizado por Ilari & Neves, e *Nova gramática do português brasileiro* (2010), de Ataliba de Castilho.

Foram ainda de fundamental importância os trabalhos recentes – de orientação funcionalista e/ou sociolinguística – dedicados ao processo de gramaticalização, sobretudo, no que tange à forma *a gente*.

Por fim, consultamos a bibliografia especializada nas manifestações linguísticas trazidas pelo movimento romântico bem como os autores que se debruçaram sobre a causa de Alencar, sejam seus críticos contemporâneos sejam seus posteriores estudiosos.

## 2 ALENCAR E O PROJETO ROMÂNTICO

Para iniciar nossas considerações sobre o projeto literário com o qual José de Alencar estava intimamente relacionado, utilizemos as palavras do mestre Afrânio Coutinho:

[O Romantismo] consistiu numa transformação estética e poética desenvolvida em oposição à tradição neoclássica setecentista, e inspirada nos modelos medievais. [...] A nova era literária, o novo estilo, nasceu em oposição ao estilo neoclássico anterior, embora a etiqueta só depois tivesse aceitação geral. Mas o que ela veio designar foi cedo geralmente entendido: o movimento estético, traduzido num estilo de vida e de arte, que dominou a civilização ocidental, durante o período compreendido entre a metade do século XVIII e a metade do século XIX. (COUTINHO, 1976, p. 140)

Segundo o crítico, não se pode precisar o lugar onde o movimento surgiu porque movimentos literários se formam gradativamente:

As novas tendências que se opuseram no meado do século XVIII aos ideais neoclássicos, preludiando o Romantismo, refletem um estado de espírito inconformista em relação ao intelectualismo, ao absolutismo, ao convencionalismo clássicos, ao esgotamento das formas e temas então dominantes. A imaginação e o sentimento, a emoção e a sensibilidade, conquistam aos poucos o lugar que era ocupado pela razão. A noção de natureza e seus corolários – a bondade natural, a pureza da vida em natureza, a superioridade da inspiração natural, primitiva, popular, – atraem cada vez mais o interesse e o pensamento dos homens. (COUTINHO, 1976, p. 141)

Afrânio Coutinho vê a possibilidade de divisão dos artistas românticos brasileiros em quatro grupos estilísticos e ideológicos e inclui José de Alencar no segundo grupo cujos aspectos importantes são: “Predominam a descrição da natureza, o panteísmo, a idealização do selvagem, o indianismo, expressão original do nacionalismo brasileiro, o selvagem como símbolo do espírito e da civilização nacionais em luta contra a herança portuguesa” (COUTINHO, 1976, p. 164-5).

Entre os caracteres românticos, Afrânio Coutinho coloca o cunho político e social que o movimento teve no Brasil dado o contexto da independência política. O afastamento dos artistas em relação a Portugal tem nisso sua explicação, pois este país “representava tudo o que abominavam os brasileiros, a opressão política, a exploração econômica, o conservadorismo literário” (COUTINHO, 1976, p. 168-9).

O nome de Alencar reaparece quando se fala sobre as contribuições românticas no plano da linguagem. Coutinho atribui essa contribuição aos românticos de maneira geral, mas destaca o autor cearense pela tentativa de reivindicar os direitos de um dialeto brasileiro. Foi

um momento em que se reconheceu a necessidade de adaptar a expressão literária à sensibilidade brasileira:

A uma nova maneira de sentir há que corresponder uma expressão adequada, e as transformações por que vêm passando a prosódia e a língua literária brasileira, se não podem mais passar despercebidas, foi ao Romantismo – com suas ousadias e liberdades na medida, na cesura, na prosódia, nas “construções” erradas, na ordem da frase, na colocação dos pronomes, - que se deveu a libertação dos clássicos portugueses, numa revolucionária aproximação da língua falada com a escrita, da língua coloquial e da literária. (COUTINHO, 1976, p. 175)

A essa altura, já está claro que a repercussão do movimento romântico foi enorme. Para determo-nos aos desdobramentos no plano da linguagem, o capítulo “A contribuição linguística do Romantismo” (1975), de Sílvio Elia, é-nos significativamente elucidativo.

Elia de fato elenca o que o Romantismo nos legou: “trouxe-nos a independência literária; criou valores permanentes em nossa modesta mas já ilustre galeria de homens de letras, permitiu uma adequação mais sincera entre a língua escrita e a língua falada.” (ELIA, 1975, p. 32)

Segundo Elia, a reação anticlássica dos românticos significava justamente a negação da língua literária dos autores portugueses. Com a criação de cursos jurídicos em São Paulo e em Pernambuco, em 1827, a elite intelectual formava-se em terras brasileiras de modo que a educação literária também ocorria no Brasil e não mais em Portugal.

Diante disso, nada mais natural do que a escrita passar a assumir mais livremente os contornos da fala dos brasileiros. Assim, Sílvio Elia utiliza as palavras de José Veríssimo sobre os escritores brasileiros a partir de 1836:

É outro o boleio da frase, a construção mais direta, a inversão menos frequente. Usam mais comumente dos tempos compostos dos verbos, à francesa ou à italiana. Refogem ao hábito clássico português de, nas suas orações de gerúndio, começá-las por ele. Colocam os pronomes oblíquos segundo lhes pede o falar do país e não conforme a prosódia portuguesa, que entra a ser aqui motivo de chufa e troça. Usam de extrema e até abusiva liberdade no colocá-los. Dão maior extensão a certas preposições. À forma do modo finito seguido de um infinitivo com preposição à maneira portuguesa, preferem a do infinito seguido de gerúndio. E propositadamente (...) empregam vocábulos de origem americana ou africana, já perfilhados pelo povo. Aceitam as deturpações ou modificações de sentido das formas castiças, aqui popularmente operadas, e começam a dar foros literários a todos esses vocábulos ou dizeres de fato lididamente brasileiros e para nós vernáculos, por serem de cunho do povo que aqui se constituía em nação distinta e independente. São, entretanto, parcos de estrangeirismos, quer de vocabulário, quer de sintaxe. (VERÍSSIMO, 1929, p. 188-9 apud ELIA, 1975, p. 33)

Se o movimento romântico conseguiu absorver o falar coloquial no Brasil, relevante é destacar o que ocorrera em Portugal. Segundo Sílvio Elia, os românticos portugueses, de forma geral e, à exceção de Garrett, ainda valorizaram os preceitos clássicos.

Além disso, em Portugal, a língua coloquial não tinha, como no Brasil, o *status* de língua inferior, sentida como “grosseira” e “inestética” como ocorria no Brasil:

Em Portugal... a solução era relativamente fácil, porque bastava à literatura abeberar-se na língua coloquial viva. No Brasil, a situação era mais incerta e fluida, porque a escola e a tradição literária rebaixavam o nosso coloquialismo para o plano da língua popular, sentido como grosseiro e inestésico. (CAMÂRA Jr., 1968, p. 102-3 apud ELIA, 1975, p. 34)

A conciliação entre a língua das elites e a língua do povo foi, então, um dos compromissos dos nossos românticos e, principalmente, o de Alencar. Entretanto, Elia fala de um desacordo entre o que Alencar queria e o que dizia, contradição essa também mencionada tanto por Gladstone Chaves de Melo quanto por Celso Cunha.

## 2.1 Crítica e defesa de Alencar

Alvo de críticas de seus contemporâneos, o escritor cearense também se mostrou ativo em defender-se. Obras como *O Gaúcho*, *Til* e *Iracema* foram objeto de uma crítica impetuosa – ainda que às vezes elogiosa – de nomes como os de Pinheiro Chagas, Antônio Henriques Leal, José Feliciano de Castilho e Franklin Távora.

Alencar, entretanto, defendeu-se em cinco trabalhos – fundamentais ao legado que deixaria sobre a língua literária no Brasil: Pós-Escrito à 2ª edição de *Diva* (1º de agosto de 1865), Pós-Escrito à 2ª edição de *Iracema* (1870); Bênção Paterna – prefácio a *Sonhos D'Ouro* – (1872), Questão Filológica (1874) e O Nosso Cancioneiro (1874).

### 2.1.1 Pós-Escrito à 2ª edição de *Diva* (1º de agosto de 1865)

No Pós-Escrito de 1865, Alencar confessa: “gosta do progresso em tudo, até mesmo na língua que fala” (ALENCAR, 1951, p. 311).

Em tal texto, o autor fará considerações bastante voltadas às críticas que lhe foram concedidas pelo uso de estrangeirismos. Segundo ele, a despeito dos que defendem o passado,

“a língua rompe as cadeias que lhe querem impor, e vai se enriquecendo, já de novas palavras, já de outros modos diversos de locução.” (ALENCAR, 1951, p. 55). No entanto, isso não quer dizer que é preciso deixar-se levar pelo excesso de palavras estrangeiras, há que se encontrar um meio termo. E prossegue:

A língua é a nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo. Da mesma forma que instituições justas e racionais revelam um povo grande e livre, uma língua pura, nobre e rica, anuncia a raça inteligente e ilustrada. // Não é obrigando-a a estacionar que hão de manter e polir as qualidades que porventura ornem uma língua qualquer: mas sim fazendo que acompanhe o progresso das ideias e se molde às novas tendências do espírito, sem contudo perverter a sua índole e abastardar-se. (Alencar, 1951, p. 311)

Aí estão noções importantes que aparecem em alguns escritos de José de Alencar: a relação entre língua e cultura e a valorização do progresso das ideias. Esta última serve como resposta aos que defendem o *classismo* dos escritores dos séculos XV e XVI. O Dr. Muzio, que criticara *Diva* pelos “ressaibos das modas parisienses” (ALENCAR, 1951, p. 314), é mencionado, mas poucas palavras são necessárias em prol da defesa de Alencar: ele comenta que o renomado dicionário português Morais contém palavras francesas caras aos autores quinhentistas; e ainda cita o “superior Garrett”, que “deu o exemplo dessa independência e espontaneidade da pena.” (ALENCAR, 1951, p. 315)

### 2.1.2 Pós-Escrito à 2ª edição de *Iracema* (1870)

O Pós-Escrito de 1870 é essencial para que saibamos o posicionamento do autor de *Iracema* a respeito da língua e da escrita literárias. O documento é dividido em quatro seções e a seção II é motivo de crítica para Gladstone Chaves de Melo, o qual acredita que Alencar tenha tido intuição ao mesmo tempo em que fizera confusão entre alguns aspectos linguísticos (cf. MELO, 1972, p. 26-7).

O que Chaves de Melo tenta mostrar é que Alencar não distingue *língua* de *estilo*, não compreende bem as diversas fases da mesma língua e não diferencia fatos de estrutura dos de vocabulário; visão diferente da de Celso Cunha, que julga que Alencar representa – como dissemos na *Introdução* – certo pioneirismo em relação a uma Linguística ainda emergente no Brasil.

Para o desenvolvimento do Pós-Escrito, Alencar menciona a crítica que recebera de Pinheiro Chagas ao romance *Iracema*.



“(...) o defeito que eu vejo em todos os livros brasileiros, e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente, é a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português, por meio de neologismos arrojados e injustificáveis e de insubordinações gramaticais, que (tenham cautela!) chegarão a ser risíveis se quiserem tomar as proporções duma insurreição em regra contra a tirania de Lobato.”<sup>2</sup> (ALENCAR, 1965, p. 168)

Confrontando a citação feita por Alencar com o texto original do crítico (intitulado “Literatura Brasileira – José de Alencar”<sup>3</sup>), é preciso destacar que, apesar da desvalorização dos aspectos de língua portuguesa, Pinheiro Chagas tece muitos elogios a *Iracema* pelo fato de o romance conter uma verdadeira pintura das paisagens nacionais e pela pioneira expressão da linguagem indígena.

Em resposta às críticas de Pinheiro Chagas, Alencar deixa-nos suas considerações a respeito das mudanças a que estaria fadado o português do Brasil:

Se a transformação por que o Português está passando no Brasil importa uma decadência, como pretende o Sr. Pinheiro Chagas, ou se importa, como eu penso, uma elaboração para a sua florescência, questão é que o futuro decidirá e que eu me proponho tratar largamente na obra a que já aludi. Sempre direi que seria uma aberração de todas as leis morais que a pujante civilização brasileira, com todos os elementos de força e grandeza, não aperfeiçoasse o instrumento das ideias, a língua. // Todos os povos de gênio musical possuem uma língua sonora e abundante. O Brasil está nestas condições; a influência nacional já se faz sentir na pronúncia muito mais suave do nosso dialeto. (ALENCAR, 1965, p. 171)

Mais adiante, Alencar toca em um problema-chave para esta pesquisa: a colocação pronominal. O autor aponta que os brasileiros são criticados por afrancesarem o discurso e precederem o pronome ao verbo quando o bom uso seria pospô-lo. E defende-se: “Pelo mecanismo primitivo da língua, como pela melhor lição dos bons escritores, a regra a respeito da colocação do pronome e de todas as partes da oração é a clareza e elegância, eufonia e fidelidade na reprodução do pensamento. (ALENCAR, 1965, p. 174)

Prossegue utilizando dois argumentos em seu favor: palavras de Francisco Evaristo Leoni – informando que as variações dos pronomes admitem uma colocação que imita os franceses e se aproxima dos latinos, sendo assim, mais livre – e o fato de encontrarmos próclise nos clássicos Nuno Álvares Pereira, Garcia de Resende, Vieira etc. Por fim, insiste na eufonia e no ritmo da frase como determinantes para a colocação do pronome:

---

<sup>2</sup> Pinheiro Chagas estava influenciado pela tendência cientificista de Max Müller em observar a língua como fenômeno da natureza. Segundo essa tendência, as transformações linguísticas ocorreriam de forma natural e não por conta da vontade dos falantes ou escritores.

<sup>3</sup> In: ALENCAR, José de. *Iracema* (Edição do Centenário 1865-1965). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1965.

Há casos em que a eufonia pede a anteposição do pronome, como *se recolhem só* para evitar o sibilo desagradável de *se só*. Outras vezes não é a cacofonia, mas o acento tônico que determina a colocação da partícula, conforme o ritmo da frase exige o repouso antes ou depois. Nesta frase, por exemplo: *Tu não me sabes querer*, o pronome não só antepõe-se ao infinito de que é complemento como ao indicativo: o rigor da ordem gramatical exigiria *tu não sabes querer-me*; mas a frase não seria tão cadente e expressiva. (ALENCAR, 1965, p. 174-5, grifos do autor)

A partir desse momento, José de Alencar dedica-se a comentar os críticos que não admitem a adoção de palavras estrangeiras com uma acepção que não tenha sido consagrada pelos clássicos. E aqui está uma passagem que será posteriormente, em maio de 1871, criticada por Henriques Leal no jornal maranhense *O País*: “Desde que uma palavra for introduzida na língua por iniciativa de um escritor ou pelo uso geral, entendo eu que torna-se nacional como qualquer outra e sujeita-se a todas as modalidades do idioma que a adotou;” (ALENCAR, 1965, p. 175).

Assim, o autor passa algumas linhas citando usos seus que foram criticados por Fr. Francisco de S. Luís – como *brusco*, *flanco*, *abandonar*, *emoção* – e tenta dar uma justificativa para as acepções utilizadas. É importante destacar que, num ato de completa transgressão, Alencar utiliza, na defesa da acepção da palavra *brusco*, um clítico em início de frase: “*Me parece*, com o respeito devido a tão grande autoridade, que houve engano nessa asserção” (ALENCAR, 1965, p. 176, grifo nosso). Nesse sentido, discordamos do que comentou Chaves de Melo, alegando que o prosador romântico tenha-se defendido das acusações “com o uso clássico e não com o uso popular brasileiro” (MELO, 1972, p. 28).

Também no Pós-Escrito à 2ª edição de *Iracema*, Alencar refere-se à crítica do Dr. Henriques Leal, que chamou seu estilo em *O Guarani* de *frouxo e desleixado*. Para defender-se, analisa uma passagem de Fr. Luís de Sousa repetidamente ligada pelo *que* relativo e pela copulativa *e*. Reescreve, então, a passagem para mostrar que mesmo a escrita clássica carece, em alguns momentos, de elegância. Alencar pretende mostrar que não adotou o estilo clássico não por desconhecimento, mas por opção. Mostra, enfim, como ficaria um trecho de *O Guarani* à escrita clássica.

Menos interessantes para este trabalho – ainda que muito válidas – são as defesas que Alencar faz em relação às opções de ortografia (escolhas entre *ão* ou *am*, *eo* ou *eu* e resoluções quanto ao uso de crase) e às supostas informações falsas que teriam aparecido no enredo de *Iracema*.

### 2.1.3 Bênção Paterna (1872)

Bênção Paterna é o nome dado ao prefácio de *Sonhos d'Ouro*. Esse é um dos escritos mais esclarecedores em termos de propósitos linguístico-literários do autor de *Iracema*. Alencar mostra também no prefácio que entende que, no Brasil, não há quem viva de literatura e atribui a isso o “nosso atraso” (ALENCAR, 1951, p. 29).

Para referir-se às críticas ao livro, o autor toma-o como seu interlocutor e utiliza certo tom ácido: “Os críticos, deixa-me prevenir-te, são uma casta de gente, que tem a seu cargo desdizer de tudo neste mundo. O dogma da seita é a contrariedade” (ALENCAR, 1951, p. 30).

Prossegue, então, comentando que há críticos em Portugal que decretaram que não podemos ter uma literatura brasileira. Ainda que não possamos ter certeza das pessoas a quem Alencar se refere, vale atentarmos para um fato: em 1842 – muito antes de Alencar publicar seu primeiro romance –, José da Gama e Castro, médico e filósofo português que passara quatro anos no Brasil, envolveu-se numa polêmica quando publicou no então *Jornal do Comércio* a ideia de que não se pode referir à literatura feita aqui como *literatura brasileira*. O ideal seria chamá-la de *literatura portuguesa*, pois, segundo ele: “A literatura não toma o nome da terra, toma o nome da língua: sempre assim foi desde o princípio do mundo, e sempre há de ser enquanto ele durar” (CÉSAR, 1978, p. 124). E ainda afiança:

Não há portanto literatura brasileira, assim como não há literatura argentina, literatura boliviana, ou literatura mexicana; agora o que certissimamente há é que em muitas e muitas obras escritas por Brasileiros consiste um dos principais ornamentos da literatura portuguesa. (CÉSAR, 1978, p. 126)

Para combater o argumento português em Bênção Paterna, nada mais eficiente do que utilizar as ideias de um outro português, de modo que Alencar toma Alexandre Herculano como argumento (ALENCAR, 1951, p. 33): “(...) Alexandre Herculano nos profetizara uma nacionalidade original, transfusão de duas naturezas, a lusa e a americana, o sangue e a luz. Mas os ditadores não o consentem; que se há de fazer? Resignemo-nos.”. E, novamente, dirige-se ao livro:

Aos que tomam ao sério estas futilidades de patriotismo, e professam a nacionalidade como uma religião, a esses há de murmurar baixinho ao ouvido, que te não escutem praguentos, estas reflexões: “A literatura nacional que outra cousa é senão a alma da pátria, que transmigrou para este solo virgem com uma raça ilustre, aqui impregnou da seiva americana desta terra que lhe serviu de regaço; e cada dia se enriquece ao contacto de outros povos e ao influxo da civilização?”. (ALENCAR, 1951, p. 34)

A partir dessas considerações, Alencar postula que haja três momentos da nascente literatura nacional: o período da literatura primitiva ou aborígene; o período histórico; e o período em que ele mesmo se encontra:

Neste período a poesia brasileira, embora balbuciante ainda, ressoa, não já somente nos rumores da brisa e nos ecos da floresta, senão também nas singelas cantigas do povo e nos íntimos serões da família. // Onde não se propaga com rapidez a luz da civilização, que de repente cambia a cor local, encontra-se ainda em sua pureza original, sem mescla, esse viver singelo de nossos pais, tradições, costumes e linguagem, com um sainete todo brasileiro. Há, não somente no país, como nas grandes cidades, até mesmo na corte, desses recantos, que guardam intacto, ou quase, o passado. (ALENCAR, 1951, p. 35)

Merece maior destaque este período, porque Alencar inclui as obras *O Tronco do Ipê*, bem como *Til* e *Gaúcho*. Confere ressalva ao primeiro romance por evidenciar já a influência da cidade que, por sua vez, já vinha modificando-se pelo espírito estrangeiro. Há duas justificativas para isso: a proximidade da corte e sua data mais recente.

No Pós-Escrito de 1865, ao falar de um “meio termo” que é preciso encontrar para fugir aos excessos do estrangeirismo, Alencar também comentou sobre o risco da “imitação” do falar estrangeiro. Essa ideia reaparece na *Bênção Paterna*:

Os povos têm, na virilidade, um eu próprio, que resiste ao prurido da imitação; por isso na Europa, sem embargo da influência que sucessivamente exerceram algumas nações, destacam-se ali os caracteres bem acentuados de cada raça e de cada família. // Não assim os povos não feitos; estes tendem como a criança ao arremedo; copiam tudo, aceitam o bom e o mau, o belo e o ridículo, para formarem o amálgama indigesto, limo de que deve sair mais tarde uma individualidade robusta. // Palheta, onde o pintor deita laivos de cores diferentes, que juntas e mescladas entre si, dão uma nova tinta de tons mais delicados, tal é a nossa sociedade atualmente. (ALENCAR, 1951, p. 35)

Nosso autor mostra que *Lucíola*, *Diva*, *A Pata da Gazela* e *Sonhos d’Ouro* são reflexos da tensão entre o espírito conterrâneo e a invasão estrangeira. Nesse sentido, vale o questionamento se o personagem Mário de *O Tronco do Ipê* – por suas raízes brasileiras e educação parisiense – e se as meninas Alice e Adélia – a primeira tipicamente brasileira e a segunda europeizada – também não seriam amostras dessa tensão.

As reflexões continuam e o autor de *Iracema* aprofunda suas convicções a respeito desse período de formação de uma nacionalidade diante do qual estão poetas, escritores e artistas com uma difícil missão. Para explicá-la, são utilizadas palavras de um vocabulário próprio de uma experiência de laboratório: cadinho, escoimar, desbastar, matéria etc. O leitor

percebe que o tom científico advém de uma visão determinista de língua, corroborada pelas experiências de Jacob Grimm e Max Müller.

#### 2.1.4 Questão Filológica (1874)

“Questão Filológica” é um título retirado do capítulo do livro *Locubrações* (sic), publicado em Lisboa, do mesmo escritor maranhense Antônio Henriques Leal de quem já se defendera no Pós-Escrito à 2ª edição de *Iracema*. Leal teve sua crítica sobre essa 2ª edição do romance publicada no jornal maranhense *O País*, em 1871.

Alencar afirma, apesar de tudo, que Leal não é seu maior rival:

Meu verdadeiro contendor, não o Sr. Dr. Leal, mas a literatura portuguesa, que tomada de um zelo excessivo, pretende por todos os meios impor-se ao império americano. Infelizmente vai-lhe à cola grande parte dos escritores deste Brasil, ainda tão pouco nosso, os quais sacrificam o sentimento nacional por alguns fofos e poídos elogios da imprensa transatlântica. (ALENCAR, 1951, p. 219)

Revelando seu ideal de independência literária, prossegue:

Há talvez por aí, na mocidade que desponta exuberando melhor seiva, alguns talentos bafejados pelas auras americanas, a quem vibram no íntimo os assomos de nossa independência literária, como outrora a ideia da emancipação política fazia palpitar a geração de 1823. Tímidas aspirações; sentem, mas receiam. (ALENCAR, 1951, p. 219)

É possível perceber que Questão Filológica serve a um só propósito: defender-se das críticas de A. H. Leal. Ainda que diante das impiedosas críticas, Alencar mostra certo ar de autoconfiança, demonstrando que já é um autor reconhecido:

No Brasil, onde escrevo, e a que pertence o ilustrado crítico, apesar de estar hoje mais ao corrente das cousas portuguesas do que das pátrias; para o nosso povo a quem dedico o fruto das minhas tarefas, acredito ter conquistado em vinte anos de assíduo trabalho, o nome de escritor e o direito de ter em assuntos literários (.) uma opinião respeitada.” (ALENCAR, 1951, p. 233)

E também o faz em:

Quando um escritor, ainda mesmo novel, deu provas desde as primeiras páginas da obra de que maneja com facilidade a língua, e não ignora os preceitos rudimentares da gramática; os erros crassos que porventura encontra o leitor, não podem com lisura ser atribuídos à ignorância. Tratando-se de autor conhecido, que tem feito suas provas, é sumo ridículo responsabilizá-lo por incorreções que a provirem dele, não passam de inadvertências.” (ALENCAR, 1951, p. 235)

Para além da demonstração de autoconfiança, Alencar parece utilizar recorrentes estratégias de defesa. Uma das estratégias é mostrar que seu rival também cometeu os “erros” que dirigiu ao autor de *Iracema*, como cacofonia e tautofonia. Sobre o conceito de erro, o nosso autor romântico mostra uma avaliação surpreendente para sua época: “Muitas vezes não me toa o estilo de um autor, e discordo das fórmulas por ele adotadas; mas nem por isso arrego-me uma ridícula soberania gramatical, para tachar de erro, o que é apenas opinião” (ALENCAR, 1951, p. 222).

Outra estratégia de defesa é apoiar-se nos clássicos. Alencar utiliza-se de Virgílio para justificar o uso de neologismos<sup>4</sup>: o poeta romano usou locuções gregas, que, à época, foram condenados pelos gramáticos, mas depois viraram latinismos. Ainda sobre esse tema, Alencar mostra que Leal não está livre de deslizos, pois usa a palavra *motuo* – desconhecida do português clássico e do vulgar – e a própria palavra *locubrações* – que é latina. Em seguida, Alencar afirma que Leal exagera nos arcaísmos, e analisa suas escolhas inadequadas, principalmente em locuções adverbiais formadas por preposição e substantivo, em que não se deve usar artigo: *pela ventura, pelo que, pelo isso...*

Outro ponto polêmico é o uso do *se* reflexivo ao lado de verbos transitivos. Enquanto Leal o acusa de extinguir o *se*, Alencar alega que apenas sugeriu a elipse. Quanto à preferência por *reclinar* e não *reclinar-se*, Alencar sustenta-se no que fez Vieira com o verbo *inclinare* e termina com um questionamento irônico: “A diversidade do prefixo altera de tal forma a palavra que lhe muda a natureza? Ou será que nós brasileiros só temos o direito de cunhar as palavras tiradas do tupi, como *cuia* e *tiquara*, sendo-nos vedado tocar na arca santa do classicismo?” (ALENCAR, 1951, p. 230).

Nosso prosador trata ainda de problemas já mencionados no Pós-Escrito à 2ª edição de *Iracema*, como uso de crase e de ditongo, e aponta a incerteza da ortografia portuguesa (1951, p. 235). A propósito disso, levanta uma reflexão sobre a tipografia da época e seus possíveis problemas de revisão, o que seria causa de muitos deslizos nas impressões brasileiras. O contrário disso ocorreria na Europa, onde esse tipo de serviço seria de ótima qualidade.

A última acusação da qual se defende em Questão Filológica é o uso do artigo antes de pronomes possessivos. Admite que usou por eufonia, por elegância e expressividade, mas confirma que aplicou a regra (sem artigo) na maioria das vezes dando exemplos. Novamente, recorre aos clássicos para a palavra final: Camões também deixou passar um ou outro caso de possessivo antecedido de artigo no Canto II de *Os Lusíadas*.

---

<sup>4</sup> Alencar utiliza sempre “neologismo” como sinônimo do que chamamos hoje “estrangeirismo”.

O autor de *Iracema* encerra as discussões citando autoridades da época (N. Webster e Alfred Maury) para asseverar o pensamento de desenvolvimento das línguas quando transmitidas a povos distintos. Comenta, então, que o inglês e o espanhol – e, conseqüentemente, o português – da América já são bastante diferentes do europeu. E encerra seu texto, esperançoso na emancipação da língua literária:

Os americanos do norte desde muito já se emanciparam da tutela literária da Inglaterra. Chegará a vez da raça espanhola e brasileira. Quando em vez de dez milhões (,) em que se conta um leitor por mil analfabetos; tivermos para nossos livros a circulação que dá os Estados Unidos aos seus; nenhum escritor brasileiro se preocupará mais com a opinião que dele formarão em Portugal. Ao contrário, serão os escritores portugueses que se afeiçoarão ao nosso estilo, para serem entendidos do povo brasileiro, e terem esse mercado em que se derramem. (ALENCAR, 1951, p. 240)

### 2.1.5 O Nosso Cancioneiro (1874)

*O Nosso Cancioneiro* é uma compilação de cinco cartas a Joaquim Serra, publicadas em *O País* ao longo de 1874.

Na Carta I, Alencar reitera suas principais ideias, mormente o questionamento do fato de nós, os brasileiros, não termos o direito de autonomia sobre a língua que falamos.

Nós, os escritores nacionais, se quisermos ser entendidos de nosso povo, havemos de falar-lhe em sua língua, com os termos ou locuções que ele entende, e que lhes traduz os usos e sentimentos. // Não é somente no vocabulário, mas também na sintaxe da língua, que o nosso povo exerce o seu inalienável direito de imprimir o cunho de sua individualidade, abasileirando o instrumento das ideias. (PINTO (Org.), 1978, p. 123)

O autor mostra que reconhece os críticos dos quais é alvo, isto é, aqueles que dirão que ele “não tem gramática”. Nesse ponto, é impressionante como Alencar percebe os vários sentidos do termo *gramática* e anota que “gramática para eles é artinha que aprenderam na escola, ou por outra, uma meia dúzia de regras que se afogam nas exceções” (PINTO (Org.), 1978, p. 123).

Posteriormente, o autor problematiza a questão da troca da preposição *a* por *em*, no português do Brasil, em verbos que indicam deslocamento, recorrendo às explicações do latim e às evidências de aparecimento dessas preposições em escritores clássicos. O autor comenta que sua opção, afinal, seria: “A preposição *a* por uso que significa o acesso designa com mais propriedade a ideia da aproximação, enquanto *em* melhor exprimirá a relação de ingresso e permanência” (PINTO (Org.), 1978, p. 125).

Após observar alterações fonéticas entre o português falado no Brasil e o falado em Portugal, José de Alencar comenta sobre uma suposta revolução por que a língua de então estava passando e, em vez de “língua brasileira”, fala em “dialeto brasileiro”: “(...) é para encher-nos de pasmo, como há quem seriamente conteste a revolução fatal que a língua portuguesa tem de sofrer no solo americano para onde foi transplantada: revolução da qual já se notam os primeiros e vivos traços, no que já se pode chamar o dialeto brasileiro” (PINTO (Org.), 1978, p. 126). Em seguida, o autor utiliza a expressão “novo idioma” para referir-se à língua que, na América, se instalou e se desenvolveu, o que nos faz refletir sobre a possibilidade de, à época, os conceitos de “língua” e “idioma” não serem equivalentes.

Alencar segue, então, dando rumo ao seu pensamento em direção à produção de uma literatura eminentemente brasileira, desprovida de qualquer servilismo àquela produzida em Portugal. Trata também da preferência brasileira por não colocar artigo definido antes de nome próprio e de nomes como *pai* e *mãe*. Encerra, tecendo comentários a respeito da influência, sobretudo fonológica, do tupi sobre a língua portuguesa.

## 2.2 Noções sobre língua literária e língua falada

Algumas palavras são necessárias à questão da dificuldade de adoção de recursos da língua falada pela língua literária. Esse é um problema que compete à Sociolinguística pelo tema das variações linguísticas e sociológicas, mas também compete à Socioestilística por se tratar de um registro ficcional da linguagem.

Por mais que a língua literária tente resgatar e incorporar os recursos da fala, ainda se mantém tolhida pelas limitações próprias da escrita. Um exemplo disso é a presença do interlocutor, tão determinante na comunicação oral, mas que, na literatura, se restringe à figura de um perfil imaginário de leitor, como nos lembra Urbano (2000, p. 78): “(...) a forma do discurso literário dirige-se a um ‘leitor’ e não a um ‘ouvinte’, com todas as implicações que o fato inarredavelmente acarreta”.

As considerações de Hudmilson Urbano podem ser, de algum modo, relativizadas quando aplicadas à obra de Alencar se conhecidas as origens da relação do autor com a literatura.

No relato autobiográfico “Como e porque sou romancista”, de maio de 1873, Alencar fala sobre seus primeiros envolvimento com a literatura, quando lia romances em voz alta às senhoras de seu grupo familiar. Ele mesmo coloca o questionamento se teriam surgido daí os



primeiros passos da carreira de um escritor, e completa: “Esta mesma escassez, e a necessidade de reler uma e muitas vezes o mesmo romance, quiçá contribuiu para mais gravar em meu espírito os moldes dessa estrutura literária, que mais tarde deviam servir aos informes esboços do novel escritor” (ALENCAR, 1893, p. 21-2).

É justamente por essa formação de valorização da modalidade oral da língua que podemos criar a expectativa de que os romances de Alencar demonstrem maior grau de sensibilidade para os artifícios da oralidade. Podemos ir adiante e pensar se a experiência como leitor teria trazido ainda a necessidade de incorporação de marcas específicas, como o ritmo e a eufonia, na escrita.

Isso não significa que José de Alencar tenha sido um legítimo explorador da língua falada em todos os momentos de sua ficção. Aliás, é possível afirmar, a princípio, que o narrador de *O Tronco do Ipê* utiliza a variedade padrão, de modo que as marcas de oralidade ficam restritas, quando ocorrem, aos diálogos de certos personagens.

A propósito da figura do narrador, é mister explicitar o ponto de vista aqui adotado sobre as relações autor/narrador. Utilizaremos a perspectiva de Urbano (2000, p. 55) de que a fala do narrador está muito próxima do que de fato representam as ideias do autor: “É verdade que é difícil perceber o que é do autor e o que é do narrador num texto literário. (...) Na verdade, tal distinção, em termos práticos, é pouco relevante, uma vez que o narrador é sempre um delegado e representante do autor”. Essa informação é importante porque, por vezes, assumimos que avaliações ou conceituações – de cunho linguístico – feitas pelo narrador traduzem o que seria o pensamento de Alencar.

Se ora dissemos que o narrador utiliza a variedade padrão em *O Tronco do Ipê*, diferente de alguns personagens, entramos no problema da variação linguística e, para isso, utilizamos a distinção de Câmara Jr. (2007, p. 18). O autor distingue *dialetos regionais* (variação no espaço); *dialetos sociais* (variação da hierarquia social); *registros* (variação de um mesmo indivíduo); e *estilo* (variação com objetivos estéticos).

Para analisar *O Tronco do Ipê*, duas dessas variações linguísticas foram constantemente observadas: os *dialetos regionais* e os *dialetos sociais*. Expliquemos: ao comentar sobre as opções linguísticas de Alencar típicas de português brasileiro e que, portanto, divergem do português europeu, estamos tratando de uma diferença entre *dialetos regionais*<sup>5</sup>; ao tratar do uso linguístico de personagens de estratos sociais diferentes, falamos em *dialetos sociais*.

---

<sup>5</sup> Neste momento, já está claro que partimos do princípio de que português europeu e português brasileiro não são línguas distintas. Esse tema será desenvolvido no *Capítulo 4*.

Nesse sentido, não poderíamos deixar de fazer referência ao estudo desenvolvido por Preti (2000) sobre o diálogo na prosa de ficção brasileira. É evidente que Alencar tem seu destaque no referido trabalho pelo que representou para a evolução do processo de incorporação da fala pela língua literária. Nas palavras de Preti (2000, p. 108): “Seu romance constitui a primeira valorosa oposição à gramatiquice da época, à qual soube resistir, sem porém deixar de sentir, em profundidade, conforme sabemos, a agudeza de seus ataques”.

Dino Preti levantou dados dos diálogos de *Lucíola* (1862), *Senhora* (1875) e *O Tronco Do Ipê* (1871), observando pontos importantes, como a variação de *dialetos sociais* (subdivididos em *dialeto social popular* e *dialeto social culto*) e de *registro*. O autor encontrou, no terceiro romance, alterações situacionais (de *registro*), por exemplo, na personagem Alice, a qual se utilizou de um tom mais cerimonioso ao dirigir-se a Mário depois de sua chegada da Europa. A mesma preocupação demonstrou o conselheiro Lopes, ao tentar impor-se, quando está numa mesa com fazendeiros importantes.

Por outro lado, há também manifestações do *dialeto social popular* na fala dos personagens, percebidas pelas formas de tratamento, pelas interjeições, pela colocação pronominal, pela mistura de tratamento etc.

Apesar de contribuições valiosas ao estudo do aproveitamento da variação linguística na obra alencariana, é surpreendente que Dino Preti não tenha reconhecido a proeminência do uso de *a gente*, sobretudo em *O Tronco do Ipê*. Nada comentou ainda sobre o uso do pronome reto como acusativo ou como acusativo-sujeito.

### **2.3 O Tronco do Ipê como corpus e Sonhos d’Ouro como grupo-controle**

Já dissemos o quanto José de Alencar fora alvo de críticas em seu tempo. Publicados, respectivamente, em 1871 e em 1872, *O Tronco do Ipê* e *Sonhos d’Ouro* inserem-se nesse contexto de críticas e de defesas.

Normalmente, incluído na gama de romances regionalistas, *O Tronco do Ipê* tem como cenário uma fazenda no interior do Rio de Janeiro; como personagens, resquícios de uma aristocracia rural e de um sistema escravocrata já em decadência. A propósito da escravidão, talvez esse seja o romance em que Alencar mais se envolve com a cultura negra: elementos como o batuque e o jongo aparecem ao longo da narrativa como sinalizadores de uma riqueza cultural que, vez e outra, mistura-se à Casa Grande:

*Na noite do Natal os pretos da roça tinham licença para fazer também seu folguedo, e os senhores estavam no costume de por esta ocasião honrar os escravos, assistindo à abertura da festa que principiava pelo infalível batuque. // No meio de archotes e precedido pela banda de música, seguiu o rancho para a senzala, onde repercutia o som do jongo e os adufos do pandeiro. (TI, 236)*

Se a passagem supracitada evidencia o convívio entre negros e brancos no ambiente doméstico, resta-nos ilustrar outra forma de relacionamento familiar: o compadrio. No romance em estudo, o narrador explica de maneira muito lúcida o funcionamento do tipo social que representa o compadre:

*Este curioso personagem [Domingos Pais] ocupava na casa do barão da Espera o emprego de compadre. Muitas pessoas talvez ignorem a natureza e importância deste cargo, que existe em quase todas as casas de ricos fazendeiros. // Um compadre não é parente, nem hóspede, nem criado; mas participa dessas três posições; é um ente maleável que se presta a todas as feições e toma o aspecto que apraz ao dono da casa; é um apêndice da família da qual ele se incumbem de suprir quaisquer lacunas, e de apregoar as grandezas. (TI, 162)*

Para comprovar o que dissemos na *Introdução* sobre a dialética do local e do cosmopolita, transcrevemos a definição dada pelo narrador à educação conferida à personagem Alice:

*Alice era a menina brasileira, a moça criada no seio da família, desde muito cedo habituada à lida doméstica e preparada para ser uma perfeita dona de casa. A baronesa não se preocupava com a educação da filha, mas tal era a força do costume, que a moça achou nas tradições e hábitos da casa o molde onde se formou a sua atividade. A civilização europeia já tinha, é certo, polido esse tipo nacional; mas não lhe desvanecera a originalidade. Alice, embora adquirisse todas as prendas de sala, que a teriam distinguido em uma sociedade elegante, não deixava por isso de apreciar em extremo o papel de doninha de casa, que a indiferença materna lhe permitiu exercer desde muito criança. (TI, 188)*

A obra ainda nos chama a atenção pelo seguinte comentário metalinguístico do autor-narrador:

*A linguagem dos pretos, como das crianças, oferece uma anomalia muito frequente. É a variação constante da pessoa em que fala o verbo; passam com extrema facilidade do ele ao tu. Se corrigíssemos essa irregularidade, apagaríamos um dos tons mais vivos e originais dessa frase singela. (TI, 65)*

O comentário é imediatamente posterior à fala de um personagem negro (Benedito) “– Deus lhe pague, nhanhã. Vai; ela há de ficar muito contente”. Claro está que as considerações do narrador dirigem-se ao que as gramáticas tradicionais entendem por *mistura de tratamento*,

isto é, uma espécie de flutuação produzida pelo falante entre a segunda e a terceira pessoas gramaticais. No caso da passagem acima, trata-se do uso do *lhe* seguido da forma do imperativo *Vai*. Sobre a mistura de tratamento na prosa de Alencar, Preti (2000, p. 100) destaca:

A transcrição desse fato era uma temeridade na literatura de sua época, mas ele o fez, arrostando uma crítica que confundia renovação estética com ignorância da língua, colocando-se em posição polêmica e não raro procurando justificar-se, até mesmo no contexto do romance.

Diante do comentário de Alencar em seu romance, não mais será possível ler a obra de Alencar ignorando as opções linguísticas que o autor traz à sua escrita, sobretudo na fala de personagens infantis e/ou negros. Para além do comportamento pronominal, podemos inferir que o autor estava atento para os falares de sua época.

A propósito dessa atenção aos problemas da língua literária, o prefácio de *Sonhos d'Ouro* (Bênção Paterna) é um marco, tal o motivo que justifica observarmos a obra como grupo-controle.

### 3 PORTUGUÊS EUROPEU E PORTUGUÊS BRASILEIRO: UM ANTIGO PROBLEMA

As distinções entre português europeu e português brasileiro há muito vem sendo discutidas e dentro do debate, é constante o aparecimento do nome de Alencar. Analisamos alguns autores importantes para essa temática e percebemos duas tendências: os dialetistas e os separatistas. Gladstone Chaves de Melo, Celso Cunha, Marcos Bagno e Fernando Tarallo são nomes importantes para esse estudo.

#### 3.1 Considerações de Gladstone Chaves de Melo

##### 3.1.1 *A Língua do Brasil*

Em sua obra, *A Língua do Brasil* (1981), Gladstone Chaves de Melo faz uma revisão da literatura dedicada à investigação das diferenças entre o português do Brasil e o português de Portugal. Assim, o autor lista os grupos que defendem a “língua brasileira”, bem como analisa seus argumentos.

O primeiro grupo é influenciado pelo “biologismo linguístico”, segundo o qual, a língua seguiria uma linha evolutiva: assim como o português é proveniente do latim, o “brasileiro” estaria saindo do português. Adepto ilustre desse grupo seria o escritor Monteiro Lobato.

O pensamento de que as línguas são organismos vivos era comum até meados de 1870 e Max Müller (citado por Alencar em Bêncão Paterna, prefácio de *Sonhos d’Ouro*) foi o divulgador dessas ideias – ainda que rebatido por Whitney, em 1875, com a tese *A Vida da Linguagem*. Em 1897, Miguel Bréal também teve importante papel em combater o biologismo linguístico.

Os linguistas do século XX esforçaram-se, contudo, em demonstrar que a língua é um fenômeno da cultura – tendência chamada “sociologismo linguístico” cujo patrono é Meillet. Além disso, viam a língua também como fato psicológico, isto é, como criação individual.

Há ainda outros dois grupos a favor da “língua brasileira” elencados por Chaves de Melo: os “vocalistas” e os “nacionalistas”. Enquanto os “vocalistas” observam as diferenças lexicais entre o português brasileiro e o português europeu, os “nacionalistas” exigem o reconhecimento da “língua brasileira” reivindicando uma autonomia total da pátria.

Para combater os “vocabulistas”, apoiado em Vendryes, Chaves de Melo diferencia palavras lexicográficas e gramaticais e afirma que estas, apesar de menos numerosas, são muito mais importantes para caracterizar uma língua do que aquelas. Palavras gramaticais são aqui também chamadas palavras estruturais. Sobre a tendência de Chaves de Melo para a utilização dos princípios estruturalistas, trataremos mais adiante.

Já para manifestar-se contra as ideias nacionalistas, alega que nacionalismo é “exacerbação do sentimento nacional”, diferente do que chama de “sentimento nacional”: “o natural sentimento de pertinência a uma comunidade nacional, distinta de outras, a constituir um todo à parte dentro do todo maior e mais vago da humanidade” (MELO, 1981, p. 24).

Ainda sobre os nacionalistas, Gladstone Chaves de Melo coloca Renato Mendonça – autor de *O Português do Brasil* (1936) – como representante do grupo que manifesta certa “agressividade nacionalista” (1981, p. 25), exaltando o índio, o negro, o caipira, a cultura popular, para superar um certo sentimento de inferioridade em relação aos portugueses.

É o mesmo Renato Mendonça<sup>6</sup> condenado, em nota de rodapé de páginas anteriores, por dizer que Alencar “fundamentou a existência do idioma brasileiro”:

Diz-se por aí, com efeito, à boca miúda que Alencar escrevia em *brasileiro*, desprezando as normas da língua literária tradicional. Por isso o enaltecem com ingenuidade os brasileiristas e lhe fazem sérias restrições os cata-piolhos gramaticais. A verdade, porém, é bem outra. Alencar escrevia em português de lei, com *estilo brasileiro*. (MELO, 1981, p. 2, grifos do autor)

Há outros argumentos a favor da “língua brasileira”, um deles formula-se por meio da pergunta: como pode um país do tamanho geográfico e populacional de Portugal ditar sua língua ao Brasil, doze vezes mais populoso?

O argumento é o mesmo utilizado por Marcos Bagno, que, em seu livro *Português ou brasileiro?* aprofunda o raciocínio sobre a existência de duas línguas distintas e parece atualizar os dados: “*Estudar o brasileiro* é dar voz à língua falada e escrita *aqui*, neste país chamado Brasil, 92 vezes maior que Portugal, habitado por uma população quase 17 vezes mais numerosa” (BAGNO, 2002, p. 10, grifos do autor). Sabemos que Marcos Bagno tem argumentos melhores que este, os quais serão explorados no item 3.3.

Para desmontar essa tendência de pensamento, Gladstone Chaves de Melo formula a questão: como uma região tão pequena como o Lácio pôde impor sua língua? É claro que este talvez seja o argumento mais fácil de rebater, basta citar o caso da Inglaterra e confrontar suas proporções e as do inglês.

---

<sup>6</sup> Gladstone também criticou a postura apaixonada de Renato Mendonça em *Alencar e a “língua brasileira”* (1972, p. 47)

Por fim, Chaves de Melo aponta que, nessa discussão, os portugueses, de seu lado, têm errado, porque ainda desprezam tudo que se refere à língua do Brasil. Além disso, pouco se utilizam da bibliografia brasileira, esquecendo-se de trabalhos excelentes como os de Said Ali, Sousa da Silveira, Augusto Magne, Mário Barreto, Heráclito Graça, João Ribeiro.

Dentre os trabalhos mencionados, Gladstone Chaves de Melo julga o trabalho de Sílvio Elia – *O Problema da Língua Brasileira* (1940) – um dos mais significativos. Segundo o autor, Sílvio Elia trataria a questão da língua do Brasil como intimamente ligada ao problema da cultura brasileira.

Na opinião de Chaves de Melo, será Serafim da Silva Neto que encerrará a questão com a obra *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil* (1950).

### 3.1.2 Alencar e a “língua brasileira”

*Alencar e a “língua brasileira”* foi a tese com que Chaves de Melo concorreu à Livre-Docência da Cadeira de Língua Portuguesa da Faculdade Nacional de Filosofia, do Rio de Janeiro.

Algumas palavras sobre esse importante trabalho de Gladstone Chaves de Melo fazem-se necessárias já que é nessa obra que se faz uma completa dedicação ao autor de *Iracema*. Já fizemos algumas referências ao livro durante nossas considerações sobre a crítica e a defesa de Alencar tendo em vista que Chaves de Melo também as analisou.

Para dar prosseguimento à tese de que Alencar não pode ter sido responsável pela invenção de uma “língua brasileira”, Gladstone Chaves de Melo ensina-nos a diferença entre língua e estilo baseando-se na dicotomia saussureana de *langue* (língua/sistema) e *parole* (discurso/fala, ou ainda *estilo* como aponta Chaves de Melo).

Assim como fez na obra *A língua do Brasil* (1981) –, o crítico recorre à distinção entre palavras gramaticais e palavras lexicográficas e ratifica que José de Alencar não poderia estar utilizando outra língua visto que suas palavras gramaticais (artigo, determinantes, pronomes, advérbios, preposições e conjunções) pertencem ao *sistema* da língua portuguesa. Assim, as inovações de Alencar estariam somente no plano do vocabulário de modo que se trata de contribuições de *estilo* e não de uma nova língua.

Para confirmar seu ponto de vista, o autor menciona palavras de Antônio Sérgio (apud MELO, 1972, p. 125):

(...) para um português sensato, as diferenças entre a língua de José de Alencar e a língua tradicional dos escritores portugueses não têm importância absolutamente

nenhuma, porque elas não dificultam no mais ínfimo grau a sua perfeita compreensão por nós, porque em nada modificam a fisionomia da língua (encontre-se a língua de José de Alencar muitíssimo mais próxima da de Camões que a de Fernão Lopes ou que a de Sá de Miranda: pois não é assim?

Chaves de Melo faz, então, o levantamento de construções que diferenciam a expressão linguística de Alencar e, de maneira geral, comprova que são arcaísmos e não exatamente brasileirismos, como os seguintes: o uso do *não* em orações completivas de alguns verbos; uso de *tornar* como *voltar*. Por outro lado, o uso de “não mais” por “já não” é colocado em questionamento, pois é possível que tenha surgido em Portugal e que se tenha desenvolvido em terras brasileiras.

As análises seguem, mas vemos em Chaves de Melo uma equivocada premissa de que a língua está sempre diretamente ligada à personalidade ou ao modo de ser do povo que a fala. Observem-se estas palavras:

Do mesmo modo que há um estilo individual, haverá um estilo nacional. Quer dizer, se existe um espírito nacional, um temperamento, um caráter, uma sensibilidade, um modo de ser nacional, também, por isso, mesmo, existirá uma expressão linguística que reflita esse modo de ser da comunidade. Ao lado de uma língua nacional, há um estilo nacional. (MELO, 1972, p. 50)

Aí está uma relação entre língua e temperamento. Aliás, *temperamento* parece palavra-chave na argumentação do crítico em *Alencar e a “língua brasileira”*, pois utiliza-a por diversas vezes para denotar marcas culturais do povo brasileiro e a adoção que Alencar fizera disso: “Ele próprio (...) teve um temperamento profundamente brasileiro, foi bem uma expressão da sua gente, da sua terra” (MELO, 1972, p. 53)

Gladstone Chaves de Melo mostra que acredita piamente nessa relação e associa a preferência portuguesa pela construção *estar + a + infinitivo* como consequência de um temperamento mais ríspido ou rude; o mesmo ocorreria com as nossas construções proclíticas (*Me passe o café!*), menos “incisiva” e “mais frouxa” do que a ênclise portuguesa (*Passe-me o café!*); por fim, o sucesso de Alencar no Brasil estaria diretamente ligado ao fato de ele ser intérprete do espírito brasileiro. Para justificar essa ideia, seriam suficientes exemplos de vocabulário que exprimissem imagens, musicalidades e comparações feitas às terras nacionais. É o que faz Gladstone Chaves de Melo, consultando *O Guarani*, *Iracema* e *Ubirajara* para desenvolver sua tese.

Chaves de Melo está, por sua vez, reproduzindo a conhecida tese de João Ribeiro, que em *A língua nacional e outros estudos lingüísticos* (1979, p. 53) alega que a construção



proclítica é “um modo de dizer de grande suavidade e doçura”, enquanto que “o “diga-me” o “faça-me” são duros e imperativos”.

Basta que observemos a obra de Edward Sapir para verificar que o argumento, ora utilizado por João Ribeiro ora por Gladstone Chaves de Melo, é completamente falho. Ainda que utilizando o já superado conceito de “raça”, em *A Linguagem* (1980), Sapir mostra a total independência das variáveis sociais *cultura* e *língua*, comprovando-a por meio de evidências em povos primitivos:

Especialmente nas sociedades de nível mais primitivo, onde ainda não surgiu o poder de unificação secundário do ideal “nacional”, para perturbar a marcha do que chamaríamos distribuições naturais, é fácil mostrar que a língua e cultura não estão intrinsecamente associadas. Línguas sem qualquer parentesco partilham de uma só cultura; línguas intimamente cognatas, - quando não uma língua única, - pertencem a círculos de cultura distintos. Há exemplos excelentes na América aborígene. (SAPIR, 1980, p. 168)

O que Chaves de Melo chamou de “temperamento” Sapir (1980) identifica como “índole” e explica que a índole de um povo nada tem que ver com a sua língua:

É difícilimo provar que a “índole”, a disposição emotiva geral de um povo seja responsável pelo teor e marcha de sua cultura, por mais que ela se manifeste na maneira com que cada indivíduo joga com os elementos dessa cultura. [...] É difícil mostrar que a forma de uma língua tenha a mais leve conexão com a índole nacional. A sua linha de variação, a sua deriva, segue inexoravelmente o canal traçado pelos seus antecedentes históricos; (SAPIR, 1980, p. 170)

No que diz respeito à cultura, Edward Sapir entende-a como *o que* a sociedade faz e pensa, diferente da língua que seria *o como* se pensa, de modo que não haja nenhuma relação de causa e efeito entre as duas:

A deriva da cultura, que é outra maneira de designar a história, é uma série complexa de mudanças nesse inventário socialmente selecionado: adições, perdas, trocas de ênfase e relação. A deriva da língua não diz absolutamente respeito a mudanças de conteúdo senão a meras mudanças de expressão formal. É possível mudar mentalmente todos os sons, vocábulos e conceitos concretos de uma língua, sem mudar sua atualidade íntima, mais levemente que seja, tal como num molde fixo pode verter-se, conforme se queira, água, gesso ou ouro líquido. (SAPIR, 1980, p. 171)

### 3.2 Considerações de Celso Cunha

O gramático Celso Cunha é de fato um convicto de que o falar brasileiro não se constitui como língua diversa da língua que se fala em Portugal. Na obra *Língua portuguesa e*

*realidade brasileira* (1977), há inúmeras considerações que demonstram sua tendência para uma perspectiva não separatista.

Inicialmente, Celso Cunha considera a formação do sistema educacional brasileiro como fato importante, pois o avalia como aquém dos moldes da América espanhola. Além de tardia, trata-se de uma educação de imitação e servilismo aos moldes europeus, trazendo um vão entre língua escrita e língua falada no Brasil. Nesse contexto, qualquer iniciativa que tente diminuí-lo, como as românticas e modernistas, não precisa ser entendida como movimento separatista:

A bem dizer, toda a questão da língua brasileira se resume, ainda hoje, na luta contra as regras inflexíveis dos puristas, dos gramáticos retrógrados, sempre contrários a inovações e defensores de um desarticulado sistema idiomático, simples mosaico de formas e construções colhidas em épocas diversas do passado literário. [...] E precisamente por ser uma atitude de rebeldia contra o opressivo contorno social, mais um espírito do que uma realidade, é que a tese da “língua brasileira” nunca pôde ser formulada como um corpo de doutrina coerente. (CUNHA, 1977, p. 25-6)

Cunha (1977, p. 26) levanta, inclusive, a possibilidade de Mário de Andrade ter desistido de sua *Gramatiquinha da Fala Brasileira*<sup>7</sup> por não ter encontrado provas de que o nosso sistema linguístico diverge daquele falado em Portugal.

A partir desse momento, já se pode perceber que a tendência de Cunha em admitir uma postura não separatista deve-se ao referencial teórico saussureano. E, assim, chega à noção de “unidade na variedade”.

Se uma língua pode abarcar vários sistemas, ou seja, as formas ideais de sua realização, a sua dinamicidade, o seu modo de fazer-se, pode também admitir várias normas, que representam modelos, escolhas que se consagraram dentro das possibilidades de realizações de um sistema linguístico. (CUNHA, 1977, p. 80)

O autor prefere chamar as variedades linguísticas americana e europeia de *norma* e não de *dialeto*, propondo maior unificação da *linguagem adquirida* (língua aprendida na escola, que se distingue da que se aprende em casa, a *língua transmitida*), especialmente na nomenclatura científica e na ortografia, o que está longe de ser uma imposição de purismo linguístico.

---

<sup>7</sup> Em nota, Celso Cunha transcreve trecho de uma carta de Mário de Andrade a Sousa da Silveira em que o modernista admite nunca ter tido intenção de criar a tal *Gramatiquinha* por não ter pretensão em criar a língua do Brasil.

### 3.3 Separatistas contemporâneos: Marcos Bagno e Fernando Tarallo

Já dissemos que *Português ou brasileiro?* é um livro em que Marcos Bagno expõe suas ideias separatistas. O autor analisa cinco aspectos que distanciam o português brasileiro do português europeu: (i) as estratégias de relativização; (ii) as estratégias de pronominalização; (iii) os pronomes como sujeito-objeto; (iv) as orações pseudopassivas; (v) e as regências de verbos como *ir* e *chegar*.

Entre os argumentos de Bagno, está o uso de legendas nos filmes e programas portugueses quando chegam ao Brasil. Contudo, pode-se observar que a legendagem também ocorre, por vezes, em exibições internas ao nosso país, tal a diferença entre os dialetos do nordeste e do sudeste por exemplo. Então, fica a dúvida: qual é o limite para que uma variedade linguística se torne outra língua? Bagno tenta responder:

Para que uma variedade particular possa ser considerada como pertencente a uma determinada língua, é preciso que ela tenha mais semelhanças do que diferenças em relação às demais variedades daquela língua. Quando as diferenças pesam mais que as semelhanças, talvez se trate já de outra língua. (BAGNO, 2002, p. 168)

Para o professor Marcos Bagno, os cinco aspectos apontados são suficientes para tornar a língua falada no Brasil diferente da de Portugal. Outros casos também o ajudam nessa delimitação, como a possibilidade de diferentes interpretações para portugueses e brasileiros diante de um mesmo enunciado.

Para o autor, o português brasileiro é uma ramificação do português de 1500, assim como o português europeu. Isso significa que o professor acredita que mudanças também ocorreram na língua dos lusitanos.

Marcos Bagno não poderia ter deixado de citar a importância de José de Alencar e de Mário de Andrade nessas discussões, mas alerta que esses artistas estavam preocupados com uma questão mais de afirmação de identidade cultural que propriamente – do que entendemos hoje como – de linguística.

No artigo, “Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d’aquém e d’além-mar ao final do século XIX” (1996), Fernando Tarallo mostra aspectos semelhantes aos de Bagno para argumentar a emergência de uma gramática brasileira que, ao final do século XIX, mostraria diferenças estruturais em relação à gramática portuguesa: (i) a reorganização do sistema pronominal brasileiro trazendo objetos nulos e sujeitos lexicais; (ii) a mudança nas estratégias de relativização como consequência das mudanças no sistema pronominal; (iii) a

reorganização dos padrões sentenciais básicos trazendo maior rigidez ao sistema SVO; (iv) a mudança nos padrões sentenciais em perguntas diretas e indiretas.

Entende-se a força das ideias de Marcos Magno e Fernando Tarallo visto que seus argumentos não são puramente ancorados em um “biologismo linguístico” obsoleto ou numa vertente declaradamente “nacionalista”. No entanto, seguindo o raciocínio de Bagno, não se pode, por exemplo, dizer que as diferenças entre o PB e o PE pesam mais que as semelhanças; assim como, se pensarmos em situações pragmáticas, brasileiros e portugueses podem não se entender, a princípio, no discurso falado, mas na escrita essas diferenças são sensivelmente amenizadas.

#### 4 A CLASSE DOS PRONOMES E AS NOSSAS GRAMÁTICAS

Os pronomes pessoais em Língua Portuguesa têm basicamente duas funções: a função interacional e a função textual. Enquanto que a primeira representa, na sentença, os papéis discursivos (ou dêíticos), a segunda colabora com a progressão textual de maneira fórica (normalmente, anafórica).

Pela natureza dêítica dos pronomes de primeira e de segunda pessoa e, ao contrário, pela natureza fórica dos pronomes pessoais de terceira pessoa, Neves (2008, p. 522-3) sugere um quadro para o singular semelhante a:

Pronomes	{	pessoa	primeira: <i>eu, me, mim, (co)mi(go)</i>
			segunda: <i>tu, te, ti, (con)ti(go), você, o, a, lhe, se, si, (con)si(go)</i>
	{	não pessoa <sup>8</sup>	determinada: <i>ele, ela, o, a, se, (con)si(go), lhe</i>
			indeterminada: <i>se, você</i>

A novidade para o quadro dos pronomes plurais seria o desaparecimento da forma *vós* – ao menos nas pesquisas feitas pelo NURC e registradas por Neves (2008) – e a concorrência entre a forma *nós* e *a gente*.

Neves (2008, p. 511), então, divide os pronomes em três grupos: (i) o que abriga todas as formas de primeira e segunda pessoas e o reflexivo *se*; (ii) o que reúne todos os demais pronomes de terceira pessoa; e (iii) o que inclui *você, vocês* e *a gente*. Tal proposta segue uma lógica bastante interessante: o primeiro grupo considera os pronomes que assim já eram nomeados no latim; o segundo é o dos antigos demonstrativos; e o terceiro comporta duas criações vernáculas.

Neste trabalho, o último grupo (iii), que inclui a forma *a gente*, é o que mais nos interessa. A inclusão de *você* e *a gente* no mesmo grupo deve-se ao fato de ambas serem provenientes de expressões lexicais e, assim, Neves (2008, p. 515) comenta as características relacionadas a essa origem, de modo que *você* e *a gente*:

---

<sup>8</sup> A identificação da terceira pessoa como *não pessoa* está em Benveniste (1995) cujas palavras nos limitamos a citar: “É preciso ter no espírito que a “terceira pessoa” é a forma do paradigma verbal (ou pronominal) que *não* remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocação. Entretanto existe e só se caracteriza por oposição à pessoa *eu* do locutor que, enunciando-a, a situa como “não pessoa”. Esse é o seu *status*. A forma *ele...* tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por “eu”.” (BENVENISTE, 1995, p. 292, grifos do autor)

- a) são sempre formas tônicas;
- b) levam o verbo para a terceira pessoa quando funcionam como sujeito;
- c) podem desempenhar a função de objeto direto sem alteração de forma e sem exigir preposição – diferente dos outros grupos de pronomes;
- d) aceitam preposição.

De forma diferente da proposta de Moura Neves, Cunha e Cintra (2001, p. 276) alegam que os pronomes pessoais se caracterizam (i) por denotarem as três pessoas gramaticais; (ii) por poderem expressar uma forma nominal anteriormente expressa; e (iii) por variarem de forma segundo a função que desempenham na oração e a acentuação que nela recebem. Na descrição das formas dos pronomes pessoais, Cunha e Cintra (2001, p. 277) anotam *eu, tu, ele(a), nós, vós, eles(as)* e suas respectivas formas oblíquas, não considerando, a princípio, as formas *você* e *a gente*. O pronome *você* aparece, posteriormente, como pronome de tratamento (2001, p. 292) e a forma *a gente* é comentada, enfim, como substituta do *nós* – e também do *eu* – no “colóquio normal” (2001, p. 296).

Frente às perspectivas mencionadas, é preciso apontar um problema semântico-discursivo que se apresenta ao analisarmos a forma *nós*: o de que, diferente do que ocorre com o *ele > eles*, *nós* não é exatamente o plural de *eu*, mas, sim, segundo Neves (2008, p. 527), *eu + não-eu*. O mesmo ocorre com a forma *a gente*. O que acontece, portanto, é que *nós* e *a gente* podem expressar, cada um a ideia de *eu + você(s)*; *eu + ele(s)*; *eu + você(s) + ele(s)*. Essa visão também é a de Lopes (2003, p. 12):

Considerar *a gente* como variante de *nós*, implica admitir que a forma *nós*, tradicionalmente entendida como “plural de eu”, pode apresentar várias possibilidades de compreensão: *eu+tu/você*, *eu+ele/ela*, *eu+vós/vocês*, *eu+eles*, *eu+todos*.

Por fim, é preciso dizer que tanto o *nós* quanto o *a gente* podem desempenhar a função apenas do *eu* – esse seria o caso do plural de modéstia.

Para aprofundar a análise da função do *a gente* e do *nós*, é necessário observar seu comportamento dentro do sintagma nominal, comparando-o, inclusive, com o comportamento dos nomes. Como pronomes pessoais, *nós* e *a gente* podem funcionar como núcleos do sintagma nominal (SN), no entanto, não se pode perder de vista a origem lexical de *a gente* de modo que vale observar os exemplos em que *a gente* se comporta como nome e como pronome.

Neves (2008, p. 517) alega que uma diferença crucial entre nomes e pronomes é que estes, basicamente, têm a falta de conteúdo descritivo, isto é, faltam-lhe determinantes e modificadores. No seguinte trecho de *O Tronco do Ipê*, encontramos um bom exemplo dessa diferença. Enquanto o nome *opinião* é determinado por *minha* e *homens* modificado por *de experiência*; o pronome *nós* configura-se como sintagma fechado:

— *Como todos os nossos moços que vão a Paris, respondeu Lopes com manifesto desdém. As viagens à Europa, é minha opinião, só podem aproveitar a **homens de experiência**, capazes de observar. Como **nós**, barão. (conselheiro Lopes II, 220)*

Assim, Moura Neves sugere que os pronomes pessoais só possam admitir determinantes no que diz respeito à noção de *delimitação*. Vejamos como Neves (2008, p. 517-9) elenca essas possibilidades para *nós* e *a gente*:

- a) o pronome *nós* – diferente de *a gente* – admite explicação de cardinalidade, ou seja, abre possibilidade para informar quantos indivíduos estão sendo referidos;
- b) os determinantes de *nós* e *a gente* podem estabelecer que o grupo está sendo tomado em sua totalidade ;
- c) podem também insistir na identidade, por meio da combinação com o demonstrativo;
- d) podem, ainda, introduzir, em nível de pressuposição, a informação de que um mesmo predicado se aplica (ou não) a outros indivíduos, além do conjunto referido pelo pronome;
- e) por fim, os determinantes de *nós* e *a gente* podem inscrever uma espécie de “espaço da enunciação” por meio de um dêitico de lugar ao pronome.

Claro está que o item (a) não se aplica ao *a gente* por não existirem construções como *a gente dois* tal como existe *nós dois*. Porém, é preciso pensar a respeito da funcionalidade do item (b) para o *a gente*: se, de um lado, utilizamos *todos nós* para expressar totalidade de um grupo em que o enunciador está incluído, de outro lado, o termo *toda gente* não inclui o enunciador. Possivelmente, *toda gente* tenha passado por um processo de gramaticalização.

Ainda sobre o item (b), observamos que há a pressuposição de que *todo(s)* e *toda(s)* funcionam como determinantes, porém, em nossa pesquisa utilizamos outro ponto de vista: o de que esses pronomes funcionam, na verdade, como sintagma nominal isolado pela mobilidade sintática que apresentam. Leia-se o que diz Azeredo (2008, p. 245, grifos do autor):

O quantificador universal *todos*, o quantificador global *todo*, o quantificador dual *ambos* e os substantivos e pronomes que expressam quantificação partitiva são, por si mesmos, núcleos de um sintagma nominal. Podem ocorrer antepostos a outro SN (*toda ela, todos nós, ambas as mulheres, todo esse trabalho*), a que servem de aposto. Daí a possibilidade das construções: *Todos os passageiros se salvaram / Os passageiros se salvaram todos / Os passageiros todos se salvaram / Todas as roupas estão molhadas / As roupas estão todas molhadas / Ambas essas palavras são escritas com x / Essas palavras são ambas escritas com x.*

Apesar de os itens (a) e (b) não se aplicarem ao *a gente*, de forma geral, quanto ao funcionamento de seus determinantes, *nós* e *a gente* têm comportamentos de fato muito próximos.

Lopes (2003) também investiga a diferença de comportamento sintático entre nomes e pronomes. A autora utiliza traços comparativos que nos podem auxiliar. Seguem os traços considerados por Lopes (2003, p. 22):

1. ser núcleo isolado no SN [ $\pm$  núcleo isolado];
2. admitir um determinante/modificador anteposto [ $\pm$ det<sup>te</sup> anteposto];
3. admitir um determinante/modificador posposto [ $\pm$ det<sup>te</sup> posposto];
4. admitir simultaneamente determinante/modificador anteposto e posposto [ $\pm$ det<sup>ção</sup> simultânea];
5. funcionar como determinante [ $\pm$  det<sup>te</sup>].

Diante desta lista, fizemos uma adaptação da tabela de Lopes (2003, p. 23), reduzindo-a aos pronomes pessoais, indefinidos invariáveis<sup>9</sup> e nomes.

	<b>Pessoais</b>	<b>Indefinidos não-variá- veis</b>	<b>Nomes</b>
Núcleo iso- lado	+	+	+
det <sup>te</sup> ante- posto	-	-	+
det <sup>te</sup> posposto	+	+	+
det <sup>ção</sup> simul- tânea	-	-	+
det <sup>te</sup>	-	-	+

Tabela 1- Traços de nomes e pronomes

<sup>9</sup> Importa saber o comportamento dos indefinidos invariáveis pela alegação de Said Ali (1971, p. 114), que será discutida neste capítulo, no item 2.



Depois de analisada a tabela, concluímos que as diferenças de *traços* entre nomes e pronomes são: (i) nomes admitem determinante anteposto e pronomes não; (ii) nomes admitem determinação simultânea e pronomes não; (iii) nomes podem funcionar como determinantes e pronomes não.

A partir dos levantamentos de Neves (2008) e Lopes (2003), faremos uma análise com os dados encontrados em *O Tronco do Ipê* e, quando necessário, em *Sonhos d'Ouro*.

#### 4.1 Sobre o processo de *gramaticalização*

Ponto importante para os estudos de orientação funcionalista é o estudo do processo conhecido como *gramaticalização*. É possível que nenhum estudo que inclua as origens do termo tenha ignorado a importância de Meillet (1912). Para chegar a esta ideia, o autor sugere que as formas gramaticais sejam originadas de duas maneiras, a saber: pela inovação analógica e pela atribuição de uma propriedade gramatical a uma forma autônoma (1912, p. 130-1).

Meillet vale-se de uma perspectiva histórica para explicar a procedência de itens gramaticais. O segundo mecanismo citado é o que o autor chamará de gramaticalização: um novo item gramatical é obtido a partir de um item lexical (ou autônomo): *forma lexical* > *forma gramatical*. O termo gramaticalização aparece quando Meillet tenta distinguir os dois mecanismos de mudança:

Tandis que l'analogie peut renouveler le détail des formes, mais laisse le plus souvent intact le plan d'ensemble du système existant, la « grammaticalisation » de certains mots crée des formes neuves, introduit des catégories qui n'avaient pas d'expression linguistique, transforme l'ensemble du système. Ce type d'innovations résulte d'ailleurs, comme les innovations analogiques, de l'usage qui est fait de la langue, il en est une conséquence immédiate et naturelle. (1912, p. 133)

Meillet atribui a gramaticalização ao constante uso que é feito da língua e, para exemplificar, analisa brevemente o caso do verbo *être* em francês cujos usos são diferentes como verbo pleno e auxiliar.

Recentemente, a *analogia* mencionada por Meillet parece ter sido incluída como um dos mecanismos atuantes no processo de gramaticalização (GONÇALVES et *alli*, 2007, p. 37).

Hopper (1991, p. 18) prefere o termo *gramaticização* e assinala que a visão de Meillet estaria muito restrita à morfologia e a uma perspectiva diacrônica. Para ir além da morfologia, Hopper aponta a importância dos estudos de Givón sobre o que seria a *sintatização*: o modo pragmático influenciaria o modo sintático. Hopper e Givón fazem parte de uma tendência mais recente dos estudos em gramaticalização.

A propósito de estudos mais recentes, vale dizer que pesquisadores posteriores a Meillet estenderam o conceito de gramaticalização, sugerindo que seja possível também a mudança no sentido de uma forma gramatical para uma forma ainda mais gramatical. Outra tendência é utilizar a gramaticalização não só numa perspectiva diacrônica, como também numa perspectiva sincrônica – em casos em que há somente deslizamentos funcionais.

Em síntese, estamos diante de um processo de gramaticalização quando uma unidade lexical passa a desempenhar uma função gramatical ou quando uma unidade gramatical passa a ser ainda mais gramatical – diacrônica ou sincronicamente. Nessa transição, há, portanto, uma *reanálise categorial* já que a gramaticalização poderá implicar mudanças em propriedades sintáticas, semânticas e discursivo-pragmáticas.

Já que falamos em *unidade lexical* e *unidade gramatical*, vale a distinção nas palavras de Gonçalves et alii:

(...) o predicado *ser lexical* identifica categorias prototípicas cujas propriedades fazem referência a dados do universo bio-psíquico-social, designando entidades, ações, processos, estados e qualidades, enquanto o predicado *ser gramatical* identifica categorias prototípicas, cujas propriedades cuidam de organizar, no discurso, os elementos de conteúdo, por ligarem palavras, orações e partes do texto, marcando estratégias interativas na codificação de noções como tempo, aspecto, modo, modalidade etc. (2007, p. 17, grifos do autor)

O processo de gramaticalização em que estamos interessados neste trabalho é aquele em que a forma *a gente* (artigo + substantivo) é reanalisada como pronome de modo que o item lexical passa a desempenhar função de um item gramatical. Entretanto, sabemos que as categorias da língua não são discretas e essa passagem de substantivo a pronome pode dar-se em um *continuum*.

Ainda em Gonçalves et al, aponta-se que existe outra forma de observar o processo de gramaticalização: avaliando os valores semânticos de modo que a passagem de um sentido mais concreto para um sentido mais abstrato é intermediada por uma ambiguidade semântica (HEINE et al., 1991 apud GONÇALVES et al, 2007, p. 33).

O entendimento dessa ambiguidade será de grande valia se associada ao *continuum* de que falamos no processo de gramaticalização do *a gente*.

#### 4.2 A *gente* e o processo de *gramaticalização*

O Dicionário Moraes (1813, p. 85), referência lexicográfica no século XIX, registra o verbete *gente* como “multidão de pessoas de ambos os sexos”. São registradas ainda possibilidades de construção com seus respectivos significados: *sua gente*, *gente de pé*, *gente de cavalo*, *gente de armas*, *gente do mar*.

Para o uso em português, Lopes (2003, p. 9) registra a aparição do termo, tanto no singular quanto no plural, em textos do século XIII ao XV, caindo o plural em desuso no século XVI – ainda que sejam registrados exemplos no XIX. É um pouco diferente do que ocorreu no espanhol: o predomínio da forma *las yentes* entre os séculos XIII e XV.

Ainda que se restrinjam exclusivamente ao português falado, destacamos as palavras de Nelize Omena, que complementam as informações anteriores:

No português falado, a forma *a gente*, do substantivo feminino latino *gens*, *gentis*, pode, conforme forma original, ser usada como substantivo, para nomear de forma coletiva, indeterminadora, mais ou menos geral, um agrupamento de seres humanos, identificados, entre si, por objetivos, ideias, qualidades, nacionalidade ou posição. (OMENA, 1996a, p. 188)

Como extensão do uso do substantivo acompanhado do artigo, surge a nova forma *a gente* – essa sim típica do português falado – cujo uso é, a princípio, equivalente ao pronome *nós*.

Azeredo (2008, p. 176) e Castilho (2010, p. 478) anotam o uso do *a gente* como equivalente ao *nós*, mas Castilho distingue-se por apontar a nova forma como “sintagma nominal indefinido” e menciona a possibilidade de uso em substituição ao *eu*. Uma informação importante é proveniente de Neves (2008, p. 523) que alega que *a gente* “comuta com a forma *nós* nos mesmos contextos, o que confirma que os falantes do português brasileiro as entendem como sinônimas”.

Castilho também menciona um dado de cunho mais discursivo, aplicado às narrativas, que nos chamou a atenção:

Nas sentenças que funcionam como figura das narrativas, isto é, em seu nó dramático central, predomina *nós*; nas sentenças de fundo (= atividades, comportamento, costumes, opiniões e generalizações), predomina *a gente*. (CASTILHO, 2010, p. 478)

Se Ataliba de Castilho comentou sobre *a gente* ser um sintagma nominal indefinido, Said Ali, por sua vez, refere-se à construção como “pronomes indefinidos”. Valem, portanto, algumas palavras sobre a visão deste último.

O autor de *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (1971) sugere que a forma *a gente* tenha passado, historicamente, pelo mesmo processo por que passou a forma *homem*:

Têm de comum estes dois pronomes o mostrarem visivelmente que se originaram cada qual de um substantivo; ou melhor, são nomes que assumem caráter pronominal quando usados, não já na acepção própria, mas para indicar agente vago e indeterminado. (ALI, 1971, p. 116)

Justamente por “indicar agente vago e indeterminado”, a forma *a gente* pertenceria conceitualmente ao grupo dos pronomes indefinidos que, para Said Ali, “(...) requerem o verbo na 3ª pessoa, diferindo todavia do pronome pessoal por indicarem um ente vagamente, como a palavra *alguém*, ou um ente qualquer, que recordará mas não necessariamente, algum nome enunciado antes” (ALI, 1971, p. 114).

Na referida passagem, Said Ali parece não considerar a possibilidade de pronomes pessoais referirem-se a um ente de maneira imprecisa. Sabemos que isso não é verdade, pois o próprio pronome pessoal *nós* pode indicar um referente vago ou indeterminado. Tal indeterminação, possível tanto para *nós* quanto para *a gente*, é prevista por Azeredo:

Os brasileiros empregam em geral a forma *a gente*, especialmente na língua falada semiformal e informal, como equivalente de *nós*, seja com um valor genérico/indeterminado (como o do pronome *se*: *não se sabe / a gente não sabe*), seja para a referência dêitica situacionalmente identificada. (AZEREDO, 2008, p. 176)

Para analisarmos exemplos que configurem o uso da primeira pessoa do plural com sentido indeterminado, utilizemos os encontrados em *O Tronco do Ipê*:

(i) – *Merenda, minha nhandã, um bocadinho. Estas rosquinhas de goma foram feitas mesmo para lhe mandar. Mas eu estou aqui amarrada nesta cama pelo reumatismo e pai Benedito tem sua obrigação!... O que **a gente** há de fazer?* (TI, 68)

(ii) *O que **nós** havemos de fazer?*

(iii) *O que **se** há de fazer?*

De volta a Said Ali, é importante destacar sua ideia (1971, p. 92) de que certos *nomes* podem transformar-se em *pronomes* justamente porque guardam um sentido geral. Diante da possibilidade de passagem de *nome* a *pronome*, estamos falando de um processo diacrônico

de mudança pelo qual a forma *a gente* passou, de modo que Omena & Braga (1996) consideram que se trate de gramaticalização. As autoras identificam, assim, o uso pronominal como extensão do uso substantivo, tendo-se modificado a forma, seja do ponto de vista semântico seja do ponto de vista gramatical:

Semanticamente, acrescenta-se ao significado, originalmente indeterminador, a referência à pessoa que fala, deitivamente determinada; gramaticalmente, a forma deixa de ser substantivo e passa a integrar o sistema dos pronomes pessoais, conservando porém com o verbo a mesma relação sintática de terceira pessoa gramatical. (OMENA; BRAGA, 1996, p 79)

Já tratamos do fato de que a passagem de uma forma à outra não se deu unicamente pela via imediata indeterminação > determinação, contudo, claro está que a forma substantiva tende a significar maior generalização do que a forma pronominal. Vejamos a seguinte passagem do romance em estudo:

– *Não se fala. Era uma Virgem Maria. Os cabelos verdes, tão verdes, chegavam até os pés e ainda arrastavam; nãnhã não tem visto aqueles fios muito compridos, que às vezes andam boiando em cima d'água? A gente chama limo; são as tranças dela.* (*Chica TI*, 70)

A passagem acima se refere à cena em que Chica conta à menina Alice uma lenda da região do boqueirão. Ao falar da rainha das águas, a personagem associa seus cabelos verdes ao limo, deixando, entretanto, a ambiguidade no emprego do *a gente*: se as pessoas, em geral, nomeiam os fios compridos como limo (uso substantivo) ou se a personagem se inclui entre os que fazem essa nomeação. Assim, temos:

(i) *As pessoas chamam limo.*

(ii) *Nós chamamos limo.*

(iii) *Chama-se<sup>10</sup> limo.*

Essa ambiguidade diz respeito ao quarto entre os cinco princípios de Hoper (1991) para a detecção dos estágios de gramaticalização. Esse princípio é o da persistência e corresponde à conservação de alguns traços semânticos da forma fonte na forma inovadora;

<sup>10</sup> Neste trabalho, utilizamos a perspectiva de Said Ali (2008, p. 106), que, para nós, desqualifica a insistência da tradição gramatical em tratar o *se*, ao lado de verbo transitivo direto na terceira pessoa do singular, como pronome apassivador. O exemplo do autor não precisa ser mais claro: *compra-se o palácio e morre-se de fome*. É evidente que o falante, ao proferir tal frase, tem intenção de indeterminar o sujeito.

assim, o traço de coletividade do substantivo *gente* contribui para uma referência indeterminadora, que permanece no pronome.

Foi por meio da investigação de tais princípios que Omena & Braga (1996) comprovaram a gramaticalização do *a gente*: estratificação (*layering*, que as autoras preferem não traduzir), divergência, especialização, persistência e decategorização.

À estratificação correspondem as camadas que coexistem dentro de uma mesma área funcional, ou seja, no português falado no Brasil as formas *a gente* e *nós* competem entre si.

Já a divergência diz respeito à “conservação da forma lexical que deu origem a um processo de gramaticalização” de modo que a forma *gente* permaneceu um item lexical sem sofrer mudanças fonológicas. A versão nova (*a gente*), por sua vez, cristalizou-se com o artigo definido e passou a obter, como item gramatical, uma mobilidade mais restrita, comportando-se funcionalmente como pronome.

Dados de Omena (1996a) evidenciam a obediência ao terceiro princípio, o da especialização, isto é, a forma *a gente* é mais recorrente em determinadas construções gramaticais. Omena analisou o uso em funções sintáticas de *a gente* em relação a *nós* no português falado e identificou 84% para os casos de adjunto adverbial; já nas funções de complemento e sujeito, o uso está por volta de 70%; na função de adjunto adnominal, por sua vez, o *nós* é mais utilizado: 86%.

Por último, o princípio da decategorização remete à ideia de que as formas gramaticalizadas tendem a perder ou neutralizar marcas morfológicas e privilégios sintáticos. Em nosso caso, a forma *gente* detém as características de substantivo: a mobilidade, as possibilidades de flexão e ainda pode ser modificada por quantificadores, determinantes e sintagmas preposicionais; por outro lado, o pronome *a gente* mantém com o verbo a mesma relação que o substantivo *gente*, mas pode conferir ao verbo – na língua falada – a variação sintática de concordância no plural – *a gente vamos*.

Além de Omena & Braga (1996), contribuição fundamental para esses estudos foi a de Célia Lopes (2003), que analisou o percurso histórico da forma (*a*) *gente* em Portugal e no Brasil, considerando não só a gramaticalização – base funcionalista –, mas também pressupostos formalistas e variacionistas.

A importância do trabalho de Célia Lopes para o tema dá-se pelo aprofundamento teórico, pela riqueza dos *corpora* e pelos resultados obtidos. Lopes analisou o percurso histórico das propriedades de gênero, número e pessoa de (*a*) *gente* como nome e como pronome; e considerou as possibilidades discursivas de *a gente* como pronome referindo-se a

um ente genérico ou específico<sup>11</sup>. Sua pesquisa inclui textos escritos do português europeu e brasileiro do século XIII ao XX. Os *corpora*, assim, são compostos por diversos gêneros textuais, inclusive, romances e textos dramáticos do século XIX. Entretanto, surpreende-nos que, para completar a amostra destes últimos, a autora não tenha selecionado textos de José de Alencar dada a sua importância para a adoção das marcas da fala em seus textos.

Lopes constatou que houve surgimento de *a gente* pronominal a partir do século XVIII, havendo antes somente os casos ambíguos (2003, p. 103), cuja interpretação poderia ser de substantivo ou pronome. Apenas no século XX, o uso do novo pronome consolida-se, sendo os séculos XVII-XVIII e XIX considerados os séculos de transição do processo de gramaticalização, quando o uso do substantivo ainda é mais significativo.

Embora nosso trabalho não se utilize da sociolinguística laboviana como as pesquisas mencionadas, sentimos de alguma forma colaborando para o desenvolvimento do tema, para a constatação de Omena & Braga (1996) e para os levantamentos de Lopes (2003).

#### 4.3 A colocação pronominal

Como dissemos na *Introdução* e no *Capítulo 3*, o problema da colocação pronominal já fora apontado como questão de relevo na obra de Alencar. Apesar de termos algumas expectativas em relação ao que encontraremos na obra *O Tronco do Ipê*, é preciso destacar que a exigência gramatical sobre a colocação em seu tempo não era tão rígida; assim alega o professor Sousa da Silveira sobre a época dos escritores românticos: “Na fase romântica de nossa literatura a colocação dos pronomes pessoais átonos era muito mais livre do que hoje. Atualmente, me parece, usaria a ênclise depois da negação. Mas Casimiro podia fazê-lo, pois no seu tempo isso era permitido” (Sousa da Silveira apud ELIA, 1975, p. 54).

No trabalho “A contribuição linguística do Romantismo”, Sílvio Elia (1975, p. 49) cita as palavras de Tagliavini em que se diz que a maior diferença entre o português brasileiro e o europeu está na colocação pronominal. Elia julga que a informação seja parcialmente correta porque considera que a ênclise pertence tanto à língua escrita quanto à língua falada cuidada no Brasil. E postula: “A maior diferença entre o português americano e o europeu continua a encontrar-se na pronúncia e no léxico” (ELIA, 1975, p. 49).

---

<sup>11</sup> Lopes (2003) utilizou-se dos traços [+genérico] e [+específico].

No referido capítulo, a respeito da tendência brasileira para a próclise, Sílvio Elia dedica algumas palavras para argumentar contra o posicionamento de que essa colocação é um tipo de *africanismo*. Seriam três autoridades as responsáveis por tal afirmação: Leite de Vasconcelos, Renato Mendonça e Gonçalves Viana; este último, entretanto, destaca-se por trazer uma afirmação mais categórica. Fato é que muito pouco se sabe sobre as línguas africanas e atribuir algum aspecto do português brasileiro a isso nos parece leviano.

Encerrando seu raciocínio, Elia elege o pensamento de Said Ali como o mais procedente, isto é, o de que o problema da divergência na colocação pronominal se encontra no plano fonético e não no sintático. Tudo parece estar, então, na diferença de pronúncia entre falantes brasileiros e lusitanos. Reproduzimos trecho de Said Ali (2008 [1909], p. 57):

Fundando-se ela [a colocação portuguesa] na pronúncia própria do falar lusitano, impossível será haver entre nós identidade de colocação, se não é idêntica a pronúncia. Lá os pronomes são átonos; o *e* final em *me*, *te*, *se* é tão abafado que mal se ouve. Cá estamos habituados a empregar já certa acentuação quando o pronome vem anteposto ao verbo, dizendo aproximadamente *mi*, *ti*, *si*; para nós brasileiros seria extremamente difícil pronunciar à portuguesa *me*, *te*, *se*, *lhe*. O pronome relativo pronunciamo-lo com tendência para *qui*, ao passo que o som lusitano aproxima-se de *que*. Em Portugal fala-se mais depressa, a ligação das palavras é fato muito comum; no Brasil pronuncia-se mais pausada e mais claramente. Em suma, a fonética brasileira é, em geral, diversa da fonética lusitana.

Castilho (2010, p. 484) também contribui para a discussão sugerindo que a origem da pronúncia brasileira esteja no português antigo e alude às pesquisas de Salvi (1990), que analisou o percurso histórico de preferência por próclise/ênclise no português europeu. Segundo Salvi, o uso de próclise sofreu um aumento nos séculos XIII a XV e teve seu auge no século XVI, momento da chegada de colonizadores ao Brasil.

Contribuiu para esses estudos Pagotto (1992), o qual demonstrou que, no português brasileiro, a próclise, apesar de intensa nos séculos XVI, XVII e XVIII, torna-se menos frequente no século XX, o que denunciaria uma intervenção maior da Gramática Tradicional nessa época. A respeito da prescrição gramatical no século XX, observemos o esquema a que chegou Castilho (2010, p. 483):

(1) a ênclise é a colocação<sup>12</sup> básica dos clíticos;

---

<sup>12</sup> Na edição que consultamos, o autor parece cometer um lapso e escreve “a ênclise é a colocação posição básica dos clíticos”.



(2) a próclise é de regra quando ocorrem os seguintes elementos atratores: (a) conjunção integrante ou pronome relativo; (b) advérbio de negação/tempo/focalização; (c) sujeito quantificado;

(3) não se começa sentença com um clítico: (a) nas perífrases de gerúndio e particípio, os pronomes se colocam antes ou depois do verbo auxiliar, seguindo essas mesmas regras; (b) em perífrases de infinitivo, o verbo é sempre enclítico, mesmo que ocorram atratores.

Entretanto, alguns motivos levam-nos a acreditar que esta lista tenha sido feita de maneira apressada.

No tocante ao tópico (1), de fato é uma afirmação feita por Said Ali (2008 [1909], p. 24) e por Celso Cunha e Lindley Cintra (2001, p. 309), no entanto, não aparece em gramáticas importantes do século XX, como as de Maximino Maciel (*Grammatica Descriptiva*, 1916), Eduardo Carlos Pereira (*Gramática Expositiva*, 1957) e Evanildo Bechara (*Moderna Gramática Portuguesa*, 1999).

Quanto ao tópico (2) do professor Ataliba de Castilho, nenhuma das gramáticas supracitadas previu unicamente a *conjunção integrante* como atrator, mas as *conjunções subordinativas* em geral. Além disso, o tópico (3) de Castilho (2010) não contempla o que deve ser feito em situações quando verbos no infinitivo ou no gerúndio não pertencem a perífrases.

Antes de prosseguirmos o tema, é preciso questionar o difundido conceito de “atração”, que determinaria a colocação pronominal. Para Monteiro (1995), “não é certo que determinadas palavras têm o poder de atrair o pronome oblíquo” (MONTEIRO, 1995, p. 314), caso contrário haveria ênclise quando tivéssemos um advérbio, por exemplo, à direita do verbo. Além disso, tendo em vista que os pronomes átonos não têm *status* de vocábulo fonológico, a questão que se apresenta no português do Brasil é a de evitar construções esdrúxulas que a ênclise provocaria.

Said Ali (2008 [1909], p. 25), por sua vez, entende que a ideia de “atração” é uma construção metafórica que tem trazido alguns equívocos. Recorramos, então, mais detalhadamente à obra de Said Ali. Em *Dificuldades da Língua Portuguesa* (2008 [1909]), o autor dedica dois capítulos à colocação pronominal: no primeiro, analisa a colocação de pronomes regidos de infinitivo e de gerúndio, e, no segundo, a colocação de pronomes regidos de formas finitas.

Uma de suas primeiras afirmações é a de que é regra em português não iniciar o discurso por pronome átono. Preocupa-se, no entanto, em mostrar que seu foco inicial é o português lusitano para, posteriormente, explicar o que ocorre no Brasil.

Além disso, prossegue comentando que a ênclise seria “a colocação normal” (2008 [1909], p. 24) à exceção de quando há um vocábulo que exerça atração fonética para antes do verbo.

Sobre os vocábulos “atratores”, o autor desfaz a tese de que pronomes pessoais do caso reto e advérbios e locuções adverbiais o sejam. Uma vez que a questão não envolve a categoria gramatical da palavra, mas sua dimensão fonética, são poucos os advérbios “atratores” mencionados por Said Ali: os negativos *não*, *nunca* e *jamais*. Do mesmo modo, não se pode dizer, pura e simplesmente, que preposições ou conjunções – como *se*, *quando*, *que* e *ou* – são palavras que exercem atração. Conclui-se que o autor atribui à fonética um papel fundamental:

Condição imprescindível para que o pronome possa encostar-se a um termo anterior ao verbo é constituir a frase um todo foneticamente unido, que não permita pausa entre o vocábulo a valorizar e o verbo, salvo aquela que naturalmente é determinada pela intromissão de expressões mais ou menos longas. (ALI, 2008 [1909], p. 28)

Também é preciso distinguir entre infinitivo flexionado e infinitivo sem flexão para a deslocação ou não do pronome átono, mas, na prática, observa-se uma variação muito grande entre os escritores clássicos.

Já para o gerúndio, a regra parece mais objetiva: “Vem o pronome átono sempre depois do gerúndio, salvo se este é preposicional (só pode servir a prep. *em*), ou negativo, ou se acha modificado diretamente por algum advérbio de modo” (ALI, 2008 [1909], p. 35).

Chegando ao segundo capítulo dedicado à colocação pronominal, aplicada a formas finitas, lê-se:

De um modo geral pode-se dizer que o pronome relativo e a conjunção subordinativa determinam a deslocação do pronome pessoal átono; mas não se devem desprezar os casos particulares em que na linguagem lusitana, quer literária, quer popular, a regra deixa de ser aplicada. Daqui a pouco me ocuparei deles. (ALI, 2008[1909], p. 38)

Deixando a prescrição de lado, Said Ali (ALI, 2008 [1909], p. 59) chega a uma conclusão muito lúcida que deveria ter encerrado o problema da colocação pronominal no Brasil: “A verdadeira conclusão científica não pode ser senão esta: em Portugal é certa a

colocação peculiar dos pronomes por ser de uso geral; no Brasil também é certo o nosso modo de empregar os pronomes por ser igualmente de uso geral”.

Para acrescentarmos outra perspectiva teórica, mencionemos o ponto de vista de Azeredo (2008), que acredita que a colocação pronominal não pode ser encarada como aspecto somente fonético. O autor aponta que a colocação de pronomes oblíquos átonos está sujeita a três fatores: os de ordem sintática, os de ordem prosódica e os de ordem sociocomunicativa.

Do ponto de vista sintático, é importante saber se o pronome está atrelado a uma locução ou a uma forma verbal simples; importa, ainda, saber a natureza do pronome (se parte integrante do verbo ou se indeterminador); por fim, importa saber se há alguma particularidade sintagmática ou morfossintática que exija um posicionamento único do pronome.

Do ponto de vista prosódico, é necessário considerar o padrão que determina a distribuição dos acentos de intensidade; e como se dá a formação dos vocábulos fonológicos na subordinação dos vocábulos átonos aos tônicos. Aqui se encontra, por assim dizer, a questão do ritmo da construção com pronome átono. A utilização de próclise no português brasileiro ocorre majoritariamente com pronomes iniciados por consoante – *me, te, lhe e se* – que são pronunciados como semitônicos favorecendo o relevo da frase.

Para o fator de ordem sociocomunicativa, consideram-se a relação entre a seleção e posicionamento dos clíticos, os fatores discursivos e a variedade linguística utilizada. Enquanto, na variedade culta, utilizam-se todos os clíticos à exceção de *vos*; nos registros mais informais, há uma tendência para a utilização dos pronomes *ele(s), ela(s), você(s), te* ou *lhe* em substituição dos oblíquos átonos *o(s)* e *a(s)*.

#### 4.4 A colocação pronominal e o caso específico de Alencar

Já tecemos breves considerações sobre a colocação pronominal e o trabalho *Alencar e a “língua brasileira”* (1972), de Gladstone Chaves de Melo. A visão de Chaves de Melo é a de que a colocação segue o perfil de personalidade do brasileiro, opinião que, certamente, não se sustenta como vimos no subitem 3.1.2.

Resta-nos analisar o que, a esse assunto, tem a dizer Cândido Jucá Filho em “Uma obra clássica brasileira: *Iracema*, de José de Alencar” (1965) – tese com que concorreu à cadeira de Português do Colégio Pedro II em 1949.

O trabalho de Cândido Jucá Filho procura levantar construções que contenham pronome átono e atestar sua validade diante de autoridades literárias portuguesas. Para esse levantamento, o autor analisou mais de perto a linguagem de *Iracema* e, às vezes, recorreu a referências a *Diva*, *Senhora* e *Sertanejo*. A seção em que trata da colocação pronominal é a dos estudos dedicados à sintaxe, mais exatamente na subseção *ordem*, pinçando exemplos de *Iracema* para ilustrar as escolhas de Alencar. Listamos aqui, de forma mais objetiva, o que fora encontrado em Jucá Filho (1965, p. 376-83):

- (1) próclise após pausa, parentética ou em frases de tom interrogativo;
- (2) pronome átono entre dois verbos (perífrase) sem ligação com o primeiro;
- (3) ênclise na construção *tão... que*;
- (4) *se* proclítico coincidente com o *se* enclítico;
- (5) ênclise a despeito da existência de um *quando*;
- (6) pronome átono entre o *que* e a palavra *não*;
- (7) ênclise na expressão *não só... como...*;
- (8) ênclise após pronome relativo;

Jucá Filho (1965, p. 382) cita suas próprias palavras na *Gramática Histórica do Português Contemporâneo*: “os pronomes pessoais átonos em Portugal são mais do que breves: são brevíssimos: frequentemente não chegam a constituir nem uma sílaba”.

#### 4.5 O pronome reto como acusativo ou como acusativo-sujeito

Em sua obra *A Gramática de José de Alencar* (1966), Cândido Jucá Filho percebeu que o *ele* como acusativo é utilizado pelo romancista cearense na conversa de personagens e tenta explicar a origem do uso:

Alguns têm atribuído a costumeira a uma velha herança lusitana, já que no Português arcaico certos autores fizeram outro tanto. [...]. Tenho porém para mim que a prática brasileira se deve aos negros escravos, os quais, aqui aportados, aprenderam a falar o Português como puderam. Conhecendo o pronome na 3ª pessoa, não lhe penetraram na declinação. E como tiveram decisiva influência na educação das crianças... (JUCÁ FILHO, 1966, p. 153)

Jucá Filho retira alguns exemplos de obras de Alencar, mas o exemplo que retira de *O Tronco do Ipê* é um caso em que o pronome *ela* funciona como acusativo-sujeito: “Faz tanto tempo que eu ouvia ela contar a sinhá”. Aqui trataremos como estruturas distintas as construções que o pronome reto funciona como acusativo e como acusativo-sujeito.

A respeito do uso do pronome reto como acusativo, é reconhecido o trabalho de Mattoso Câmara Jr. “*Ele* como um acusativo no português do Brasil” encontrado nos *Dispersos* (1972). Câmara Jr. (1972) vê como “erro” o uso do *ele* como acusativo tendo em vista que esse pronome veio do latim *ille*, utilizado como caso-sujeito. O autor destaca ainda que, na língua literária, a construção com *ele* como acusativo “caracteriza a linguagem do povo nos diálogos, como um indício de seu nível social” e estranha que Mário de Andrade não a tenha utilizado.

Diferente do que acontece no Brasil, Câmara Jr. afirma que, em Portugal, a forma *ele* só aparece fora da posição de sujeito em situação tônica, precedida por preposição. Isso faz com que seja possível pensar que o uso brasileiro do *ele* como acusativo é apenas uma extensão do uso na forma tônica. O acusativo não recomendado pela Gramática Tradicional, por outro lado, é encontrado no português arcaico, o que, além de desfazer a tese de Jucá Filho, faz alguns filólogos pensarem que houve, no Brasil, uma sobrevivência da antiga construção.

O posicionamento de Câmara Jr. é o de que o comportamento do *ele* no português brasileiro aproxima-o de um nome, não de um pronome – *Ele vê, falo a ele* e *vi ele* aproxima-se de *João vê, falei a* (ou *para*) *João* e *vi João* – e afasta-se de *Eu vejo, me fala* e *fala a mim*. Assim, a inovação brasileira é uma inovação estrutural.

A explicação está no fato de que *ele* é semelhante aos demonstrativos e aos nomes por ser uma forma a que se acrescentam as desinências de feminino *-a* e a de plural *-s*. É diferente do que acontece com *eu* e *tu*, que não têm alteração de gênero e as alterações de plural são heteronímicas – *nós* e *vós*, respectivamente. Câmara Jr. acrescenta que há ainda uma diferença semântica entre o pronome de terceira pessoa e os demais, pois *ele* relaciona-se com os nomes que está substituindo. Castilho (2010, p. 479) confirma esse ponto de vista, afirmando que, enquanto a terceira pessoa é fórica, “remete ao assunto”, a primeira e a segunda pessoas são dêiticas, “remetem às pessoas do discurso”. Também é – como vimos – o ponto de vista de Neves (2008, p. 522).

Câmara Jr julga, por fim, que *ele* seja apenas um demonstrativo, como em latim: “A criação do pronome da terceira pessoa resulta de um tão grande enfraquecimento do valor

dêitico, que passamos a nele ver uma forma separada do sistema dos demonstrativos” (CÂMARA Jr., 1972, p. 50).

A explicação sobre o funcionamento do *ele* como acusativo parece-nos estar encerrada nas palavras de Mattoso Câmara, porém, o autor não aborda o problema das construções, tipicamente brasileiras, em que o pronome reto funciona como acusativo-sujeito, tal como se vê em (1) e (2):

(1) *Eu vi ele sair.*

(2) *Eu vi ele saindo.*

Analisando outros trabalhos, observamos que Cunha e Cintra (2001, p. 288) reconhecem o uso de *ele(s)* e *ela(s)* como objeto direto, mas registra-os como uso da “fala vulgar e familiar do Brasil”, que “deve ser hoje evitada”. Também não menciona, entretanto, construções como *mandei ele sair*, utilizando para análise somente exemplos como “mandei-o sair” (2001, p. 302).

O professor Sílvio Elia, ao abordar os traços da linguagem romântica, comenta brevemente esse tipo de estrutura, restringindo-a a casos em que há infinitivo:

Como se sabe, a tendência popular e familiar no Brasil é substituir a forma oblíqua do pronome pela forma reta: *mandei ele sair*. O sentimento de que o pronome é sujeito da forma nominal e não complemento do verbo finito é que leva à opção pela forma nominativa. Daí que o fenômeno se estenda às outras pessoas do discurso, ao contrário do que se dá quando funciona realmente como objeto direto. (ELIA, 1975, p. 57)

Apesar de restringir o fenômeno às construções de infinitivo – sabemos que ocorre também com o gerúndio como visto em (2) –, o professor Sílvio Elia traz-nos uma informação fundamental: as construções com pronome funcionando como acusativo-sujeito não ocorrem somente na terceira pessoa, mas estendem-se às outras pessoas do discurso. Assim, observamos as seguintes possibilidades no português falado no Brasil:

(3a) *Pedro viu ele. / Pedro viu eles.*

(3b) *Pedro viu ele sair. / Pedro viu eles saírem.*

(3c) *Pedro viu ele saindo. / Pedro viu eles saindo.*

(4a) *Pedro viu eu. / Pedro viu nós.*

(4b) *Pedro viu eu sair. / Pedro viu nós sairmos.*

(4c) *Pedro vi eu saindo. / Pedro viu nós saindo.*

Embora as construções em (3a) e (4a) sejam estigmatizadas pelos mais conservadores, as estruturas (3b), (3c), (4b) e (4c) têm uma aceitabilidade mais ampla, confirmando-nos a suposição de que, para o falante escolarizado, o pronome funciona mais como sujeito da forma nominal do que como objeto da forma finita.

## 5 ESTUDO DOS DADOS

### 5.1 *A gente em O Tronco do Ipê*

Para iniciarmos nossas observações da primeira narrativa a ser analisada, são necessárias algumas palavras sobre o enredo.

A história passa-se na fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão cujo dono é o Barão da Espera, pai de Alice e padrinho de Adélia. As meninas e o menino Mário crescem juntos no convívio com negros escravos com quem mantêm uma relação quase que familiar. Mário, de família pobre, ficara órfão de pai muito cedo e essa morte, ao mesmo tempo em que envolvia uma lenda da região do boqueirão, envolvia o barão. Alice e Mário, apaixonados, não podem casar-se por conta de todos esses mistérios. Após estudar em Paris, Mário volta à fazenda e tenta desvendar o segredo da morte de seu pai com a ajuda do velho Benedito, homem negro que conhece todos os mistérios da região.

Conhecido o enredo, já é possível prever que se trata de uma narrativa repleta de interações entre personagens ricos e pobres, brancos e negros, e que há, já de saída, uma valorização das lendas e histórias populares.

#### 5.1.1 Uso substantivo (equivalente a *pessoas*)

Foram encontrados no romance 28 casos de *(a) gente(s)* como substantivo. Para esses casos, observamos que a maioria desempenhou função referencial e alguns se destacaram pela função interpelativa. Seguem os respectivos exemplos:

*A gente da vila porém não dava peso a semelhantes enredos. (TI, 103)*  
*- Mas gentes, o noivo? Ainda não se disse uma palavra do noivo; que ingratidão! (Felícia TI, 56)*

Foram 8 ocorrências desempenhando o que chamamos *função interpelativa*. A forma plural (*gentes*) foi constatada somente nesses casos de interpelação, com 4 registros.

Observamos que, muitas vezes, o uso da forma *(a) gente*, como item lexical em uso referencial, funcionou como recurso de distanciamento discursivo do personagem (ou do próprio narrador) em relação à afirmação que fazia. Isso aconteceu pelos sintagmas que se apresentavam próximos:



– *Se pudéssemos conversar, que não ouvissem; porque a gente aqui anda espiada por todos os cantos. (D. Alina TI, 222)*

*Ficaria reduzido a um labrego sem educação; e vingar-se-ia como costuma gente dessa condição, com um tiro ou uma facada. . (TI, 261)*

### 5.1.2 Uso pronominal (equivalente a nós)

Foram encontradas 16 ocorrências de *a gente* como pronome. Assim, diferente da observação dos casos lexicais, sentimos a necessidade de olhar mais detidamente para o caso das formas pronominais, essas que fariam parte do estágio final do processo de gramaticalização. Sendo assim, para que a distinção entre pronome e substantivo fosse mais bem delimitada, tomamos a preocupação de Lopes (2003, p. 12), separando os exemplos em *eu+tu/você, eu+ele/ela, eu+vós/vocês, eu+eles, eu+todos*.

Seguindo esse raciocínio, separamos as ocorrências nos grupos que seguem:

#### a) **eu+ele/ela**

O primeiro caso a ser analisado deve ser examinado com cautela. As meninas Adélia e Alice estão na cabana de Chica e Benedito, e a escrava pronuncia-se incluindo seu parceiro:

– *Estas rosquinhas de goma foram feitas mesmo para lhe mandar. Mas eu estou aqui amarrada nesta cama pelo reumatismo e pai Benedito tem sua obrigação!... O que a gente há de fazer? (Chica TI, 68)*

O fragmento aparenta ser um típico caso de pronome já que existe a inclusão do falante e de outra pessoa, mas a frase da mulher possui um tom tão generalizante que não anulamos a possibilidade, como já o fizemos, de uma leitura de indeterminação: *o que se há de fazer?*

Ao contrário do que ocorre com o menino Mário, no diálogo com Benedito, ao referir-se mais objetivamente à mãe e a si mesmo:

– *O que me desespera é viver à custa dos outros. Ninguém sabe o que a gente sofre; então mamãe, coitada! não se queixa, mas chora às escondidas, que eu bem sei. (Mário TI, 89)*

Ainda representando a ideia de **eu+ele(a)**, temos o exemplo da cena em que as personagens estão na cozinha preparando as guloseimas de Natal. Alice, Eufrosina e Paula conversam sobre o atraso de Mário e, quando a conversa envereda pelo assunto da morte da mãe de Mário, Alice pede às empregadas que não falem do assunto quando o rapaz chegar. Então, uma delas, talvez Eufrosina, responde:

– *Jesus! Só se **a gente** estivesse doida, nhanhã.* (TI, 173)

#### **b) eu+eles**

Aqui encontramos um exemplo um pouco escorregadio:

– *Sai daí, nhanhã! Exclamou Paula atuando a menina com a familiaridade da preta velha. Não zomba **da gente**!* (Paula TI, 181)

Trata-se de situação em que Alice comenta não se importar que Mário, ainda por chegar de viagem, a encontre trajando qualquer vestido, admitindo ser “roceira”. Paula finaliza a conversa com a advertência de que a menina não zombe do grupo social a que as duas pertencem – ainda que Alice seja filha do barão. Portanto, parece-nos interessante levantar a possibilidade de que a escrava utilize na forma *a gente* a fórmula **eu+eles+tu/você**.

#### **c) eu+tu/você:**

Muito simples é analisar o caso do enunciado a seguir: o conselheiro conversa com D. Alina sobre o comportamento de Alice que tem demonstrado propensão a casar-se com Mário. Uma vez que esse casamento não é de interesse dos interlocutores, o conselheiro mostra sua preocupação:

– *Em todo o caso **a gente** não se deve descuidar.* (Conselheiro TI, 236)

É curioso porque aqui está um personagem que frequenta a Casa Grande e que utiliza a forma *a gente* como pronome. Por outro lado, ao mesmo tempo em que utiliza esse recurso brasileiro, sua colocação pronominal é própria do português de além-mar com o *se* anteposto à locução verbal.

#### **d) eu+vós/vocês**

Preta Chica está contando a lenda do boqueirão às crianças e, ao descrever os olhos da rainha das águas diz:

– *Os olhos não têm cor; é assim como uma claridade da lua que está cegando a gente.* (Chica TI, 70)

Após um incidente ocorrer à Eufrosina (uma jaca caíra em cima de sua cabeça), Felícia dirige-se ao grupo do qual faz parte – Alice, Adélia, o pagem Martinho e Mário – e interroga:

— *Então a gente vai indo, ou espera aqui pela Eufrosina?* (Felícia TI, 52)

— *Querem ver que nhanhã se escondeu para meter susto à gente!* (Martinho TI, 79)

#### e) eu

Benedito encontra-se ao final do romance diante de Mário a contar-lhe o segredo da morte de seu pai. Curiosamente, refere-se a si mesmo como *a gente*, o que seria um plural de modéstia:

(...) *mas a gente já não se lembra de muita cousa.* (Benedito TI, 290)

#### f) eu+todos

Quando há inclusão do falante e a de todos os participantes de um grupo é o momento em que há maior aproximação com a indeterminação. Não será preciso entender o contexto dentro da narrativa para que se perceba o grau de generalização que é produzido em:

(...) *às vezes se vê ela olhando e rindo com tanta graça, Senhor Deus, que a gente tem vontade mesmo de se atirar no fundo para abraçá-la.* (...) (Chica TI, 72)

– *Eu sei que nhonhô não se importa; mas também, quando a gente pensa que esta fazenda do Boqueirão e toda a riqueza de meu defunto senhor, que devia pertencer a nhonhô Mário, de repente passou para os outros, quando a gente menos cuidava!...* (Benedito TI, 88-9)

– *Pois então, nhanhã. A gente assim vadiando... dá sono.* (Paula TI, 187)

(...) *como quando a gente nem acorda nem dorme e vai caindo no sono,* (...) (Benedito TI, 290)

Há dois últimos casos, no entanto, que merecem explicação:

— *Ora vejam só! dizia a mucama, se isto não é mesmo para **a gente** fazer uma... Depois, aí! que Eufrosina é má. Deixe estar, senhor Mário, que chegando em casa, sinhá D. Francisca há de saber. Oh! se há de!* (Eufrosina TI, 51)

— *Não! murmurou dentro d'alma. Quem há de enterrar a eles?... Depois, Benedito!... Sempre é tempo para **a gente** deixar este cativo!* (Benedito TI, 132)

A primeira situação refere-se à cena sobre a qual já falamos: quando cai uma jaca em cima de Eufrosina. Após o menino Mário zombar da mucama, ela o ameaça em tom bastante informal e, por isso, as reticências deixam em aberto o que ela – e qualquer um – seria capaz de fazer. Já a segunda situação é o momento em que a menina Alice cai no boqueirão, Mário, então, mergulha para salvá-la e grita o nome de Benedito. O velho tenta ordenar-se a não ceder aos desafios do boqueirão de modo que a forma *a gente* é uma espécie de lição que ele dá a si mesmo e que serviria para todos.

Depois de observar os casos pronominais, faltam-nos as ocorrências mais problemáticas.

### 5.1.3 Uso ambíguo (possível inclusão do falante)

A fronteira entre os casos realmente pronominais e os casos ambíguos dá-se numa linha tênue. Entendemos que o ponto de contato seja justamente o domínio **eu+todos**. Para separar os grupos, consideramos o contexto narrativo para estabelecer a diferença entre *alto grau de inclusão do falante* (eu+todos) e *possível inclusão do falante*.

Seguem os exemplos em que há a apenas a possibilidade de inclusão do falante:

– *Estes meninos da roça são mesmo assim. Está que na corte **a gente** não vê destas cousas. Meninos tão bem ensinadinhos, que é um gosto!* (Felícia TI, 42)

– *Era uma Virgem Maria. Os cabelos verdes, tão verdes, chegavam até os pés e ainda arrastavam; nhanhã não tem visto aqueles fios muito compridos, que às vezes andam boiando em cima d'água? **A gente** chama limo; são as tranças dela.* (Chica TI, 70)

– *Tinha-se passado muito tempo, para **a gente** da terra, que para as fadas não há tempo.* (Chica TI, 71)

– *De tempos em tempos ela vem à terra para afogar **a gente**, e todo o menino que entra no rio, ela agarra para servir de criado ao filho.* (Chica TI, 72)

*Segundo outros, esse Benedito não era senão o mesmo pai Inácio, ou para melhor dizer, um rebotalho do inferno que tomara figura de negro para tentar **a gente** cá na terra.* (TI, 77)

*Era à moda de presepe. A gente via o boqueirão como uma pintura, (...) (Benedito TI, 290)*

Feita a análise, chegamos a um total de 50 ocorrências de *(a) gente (s)* n' *O Tronco do Ipê*: 28 lexicais, 16 gramaticais e 6 de interpretação ambígua:

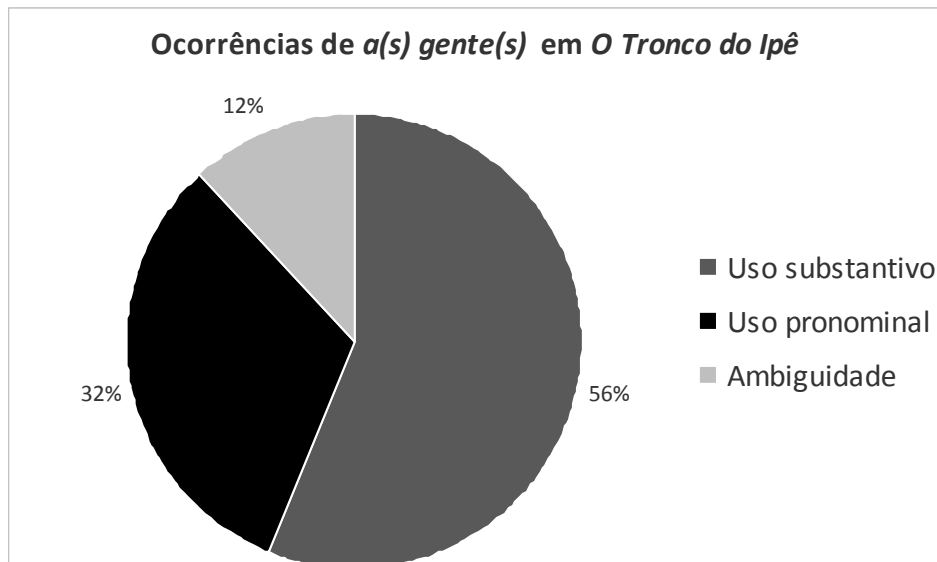


Gráfico 1- Ocorrências de *a(s) gente(s)* em *O Tronco do Ipê*

Para não ficarmos somente na análise quantitativa, optamos por encaixar nossos dados em um quadro no qual fique evidente o *continuum* do processo de gramaticalização:

## processo de gramaticalização

Item lexical Sentido genérico (nenhum grau de inclusão)	Ambiguidade (possível inclusão do falante)	Item gramatical Sentido inclusivo (alto grau de inclusão)
A <b>gente</b> do lugar, tanto os fazendeiros e ricos, como os simples roceiros e agregados se preocuparam muito (...). (TI, 36)	<p data-bbox="596 712 1050 808">– Estes meninos da roça são mesmo assim. Está que na corte a <b>gente</b> não vê destas cousas. Meninos tão bem ensinadinhos, que é um gosto! (Felícia TI, 42)</p> <p data-bbox="596 904 1050 1055">– Era uma Virgem Maria. Os cabelos verdes, tão verdes, chegavam até os pés e ainda arrastavam; nhanhã não tem visto aqueles fios muito compridos, que às vezes andam boiando em cima d'água? A <b>gente</b> chama limo; são as tranças dela. (Chica TI, 70)</p> <p data-bbox="596 1128 1050 1202">– Tinha-se passado muito tempo, para a <b>gente</b> da terra, que para as fadas não há tempo. (Chica TI, 71)</p> <p data-bbox="596 1276 1050 1373">– De tempos em tempos ela vem à terra para afogar a <b>gente</b>, e todo o menino que entra no rio, ela agarra para servir de criado ao filho. (Chica TI, 72)</p> <p data-bbox="596 1424 1050 1520">Segundo outros, esse Benedito não era senão o mesmo pai Inácio, ou para melhor dizer, um rebotalho do inferno que tomara figura de negro para tentar a <b>gente</b> cá na terra. (TI, 77)</p> <p data-bbox="596 1617 1050 1666">– Era à moda de presepe. A <b>gente</b> via o boqueirão como uma pintura, (...) (Benedito TI, 290)</p>	– Ora vejam só! dizia a mucama, se isto não é mesmo para a <b>gente</b> fazer uma... Depois, ai! que Eufrosina é má. Deixe estar, senhor Mário, que chegando em casa, sinhá D. Francisca há de saber. Oh! se há de! (Eufrosina TI, 51)
A <b>gente</b> pobre inclinava-se mais à explicação de umas três ou quatro beatas do lugar. (TI, 36)		– Então a <b>gente</b> vai indo, ou espera aqui pela Eufrosina? (Felícia TI, 52)
(...) riam-se conforme a moda, com esses ritornelos, que tornam a gargalhada da <b>gente</b> do tom uma espécie de peça musical, uma cavatina ou valsa. (TI, 52)		– Estas rosquinhas de goma foram feitas mesmo para lhe mandar. Mas eu estou aqui amarrada nesta cama pelo reumatismo e pai Benedito tem sua obrigação!... O que a <b>gente</b> há de fazer? (Chica TI, 68)
– Assim viveram muitos anos, tão felizes, que era um contentamento para toda <b>gente</b> ; (Chica TI, 71)		– Os olhos não têm cor; é assim como uma claridade da lua que está cegando a <b>gente</b> . (Chica TI, 70)
(...) mas havia na corte <b>gente</b> malfazeja que começou a espalhar certas cousas: (...). (Chica TI, 71-2)		(...) às vezes se vê ela olhando e rindo com tanta graça, Senhor Deus, que a <b>gente</b> tem vontade mesmo de se atirar no fundo para abraçá-la. (...) (Chica TI, 72)
– Tanta <b>gente</b> que tem morrido aí! (Eufrosina TI, 72)		– Querem ver que nhanhã se escondeu para meter susto à <b>gente</b> ! (Martinho TI, 79)
O aspecto disforme do negro, e o isolamento em que vivia naquele sítio agreste (...), incutiram no espírito da <b>gente</b> da vizinhança a crença de que o pai Inácio era feiticeiro. (TI, 75)		– Eu sei que nhonhô não se importa; mas também, quando a <b>gente</b> pensa que esta fazenda do Boqueirão e toda a riqueza de meu defunto senhor, que devia pertencer a nhonhô Mário, de repente passou para os outros, quando a <b>gente</b> menos cuidava!... (Benedito TI, 88-9)
(...), a <b>gente</b> do lugar estava tão acostumada a contar com um mandingueiro para explicar as desgraças e reveses, (...). (TI, 76)		– O que me desespera é viver à custa dos outros. Ninguém sabe o que a <b>gente</b> sofre; então mamãe, coitada! não se queixa, mas chora às escondidas, que eu bem sei. (Mário TI, 89)
A <b>gente</b> da vila porém não dava peso a semelhantes enredos. (TI, 103)		– Não! murmurou dentro d'alma. Quem há de enterrar a eles?... Depois, Benedito!... Sempre é tempo para a <b>gente</b> deixar este cativoiro! (Benedito TI, 132)
– É um demoninho em corpo de <b>gente</b> . (D. Júlia TI, 115)		– Jesus! Só se a <b>gente</b> estivesse doida, nhanhã. (Eufrosina TI, 173)
– Essa <b>gente</b> é assim mesmo. (D. Alina. TI, 115)		– Sai daí, nhanhã! Exclamou Paula atuando a menina com a familiaridade da preta velha. Não zomba da <b>gente</b> ! (Paula TI, 181)
Era Lúcio (...) muito camarada de Mário, apesar da repugnância que mostrava sua mãe por – <b>essa gente</b> . (TI, 138)		– Pois então, nhanhã. A <b>gente</b> assim vadiando... dá sono. (Paula TI, 187)
Repugnava-lhe contar sua ação a <b>gente</b> de quem não gostava. (TI, 149)		– Em todo o caso a <b>gente</b> não se deve descuidar. (Conselheiro TI, 236)
– Chega nhonhô Mário; há de vir mais <b>gente</b> e... (Paula TI, 190)		– (...) mas a <b>gente</b> já não se lembra de muita cousa. (Benedito TI, 290)
(...), o jumento foi a trombeta que primeiro acordou a <b>gente</b> de Belém, (...). (TI, 205)		
Era na ocasião da missa, que ele ia despicar-se de toda essa <b>gente</b> , (...). (TI, 205)		
– Quis livrar-me um momento (...) das perguntas dessa outra <b>gente</b> que me reduz ao papel de guia do viajante (...). (Mário TI, 215)		
– Se pudéssemos conversar, que não ouvissem; porque a <b>gente</b> aqui anda espiada por todos os cantos. (D. Alina TI, 222)		
(...) e vingar-se-ia como costuma <b>gente</b> dessa condição, com um tiro ou uma facada. (TI, 261)		
(...) viram a alguma distância um grupo de <b>gente</b> , que se aproximava alumiado por archotes. (TI, 307)		
– <b>Gente!</b> Este mocinho é doudo! (Felícia TI, 51)		
– Mas <b>gentes</b> , o noivo? Ainda não se disse uma palavra do noivo; que ingratitude! (Felícia TI, 56)		
– Mas essas histórias de branco, eu não sei não, minha <b>gente</b> ; (Chica TI, 70)		
– <b>Gentes!</b> Quêê nhanhã Alice? (Eufrosina TI, 78)		
– <b>Gentes</b> , quêê a colcha rica da cama dos noivos? (Eufrosina TI, 157)		
Acordai, ó boa <b>gente</b> ; (canto da noite de Natal TI, 203)		
– Pois <b>gentes!</b> Eu cá torno a dizer. (Vicência TI, 223)		

– Está vendo, minha <b>gente</b> , como se levanta um falso testemunho. ( <i>Vicência TI</i> , 223)		(...) como quando <b>a gente</b> nem acorda nem dorme e vai caindo no sono, (...) ( <i>Benedito TI</i> , 290)
-----------------------------------------------------------------------------------------------------	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Tabela 2- Processo de gramaticalização do *a gente* em *TI*

Dado o alto número de registros de *(a) gente(s)* em *O Tronco do Ipê*, contabilizamos o uso de *nós*, *nos* e *conosco* no romance para comparar e obter um resultado mais transparente. Foram encontrados 33 registros desses pronomes<sup>13</sup>: 10 vezes para a forma *nós*; 21 para a forma *nos*; e 2 ocorrências de *conosco*. Vale comentar que os dois registros de *conosco* foram retirados de falas de Alice.

Claro está que o uso de *nós* e semelhantes é o dobro do uso de *a gente*, no entanto, acreditamos que é, ainda assim, bastante expressivo o quantitativo deste último.

## 5.2 A *gente* em *Sonhos d'Ouro*

Como já foi dito, o romance publicado em 1872, *Sonhos d'Ouro*, será analisado muito mais objetivamente por não conter, como já se esperava, um quantitativo relevante de pronomes *a gente*. A narrativa conta a história de Guida e Ricardo, a jovem moça é filha do Comendador Soares, e o rapaz, de origem pobre, é um advogado recém-formado. Diferente do clima rural de *O Tronco do Ipê*, as peripécias dessa narrativa passam-se nas regiões de Tijuca, Laranjeiras e Botafogo, assim, estão sempre conectadas com a corte fluminense. Guida, apesar de uma jovem disputada pelos pretendentes, parece encantar-se por Ricardo, que já está prometido a outra mulher.

O cenário e o perfil dos personagens criam a expectativa de uso contínuo da língua padrão, logo, exclusão da forma *a gente* como pronome. Vejamos a análise.

### 5.2.1 Uso substantivo (equivalente a *pessoas*)

Foram encontrados 23 casos de *(a) gente(s)* como substantivo, dos quais somente um apresentou a intenção interpelativa: “– De que, **gentes!**” (SO, 105).

Entre as 22 ocorrências de referencialidade, vale destacar que houve repetição por 4 vezes do sintagma nominal *pobre gente* como única forma de referência a um determinado grupo de personagens:

*(...) naquele dia porém tencionava ir mais longe, até à habitação de uma pobre gente, conhecida de D. Joaquina, e às vezes por ela socorrida em suas misérias.* (SO, 98)

---

<sup>13</sup> Há na página 111, no capítulo intitulado *O Conselheiro*, uma ocorrência de *nos* que não contabilizamos por nomear uma seção do Jornal do Comércio: “CONTA-NOS”.



(...), *D. Joaquina* recebera por intermédio de algum quitandeiro um recado da pobre gente e exprimira a intenção de mandar-lhe qualquer pequeno socorro, como costumava. (SO, 98)

Esse terreiro era, não chovendo, a lavanderia, a copa, a cozinha e a sala da pobre gente (SO, 99)

A Guida tinha dirigido “Edgard” para o lugar onde estava a secar a mesquinha louça da pobre gente. (...) (SO, 103)

### 5.2.2 Uso pronominal (equivalente a nós)

Foram somente 4 os usos pronominais:

(1) — *Se não fosse isso, a gente já estava morta de fome.* (Gertrudes SO, 101)

(2) — *Foi dinheiro que chegou para a gente viver até agora.* (Gertrudes SO, 102)

(3) — *É bom a gente andar prevenido; e como eu é que hei de ser incumbido de arranjar os papéis na Conceição!...* (Benício SO, 271)

(4) — *Deve a gente sentir-se no céu, quando faz-se instrumento da graça e misericórdia de Deus!...* (Guida SO, 348)

Enquanto (1) e (2) se referem ao grupo **eu+eles** já que Gertrudes refere-se a si mesma e à sua família, (3) e (4) aproximam-se do domínio **eu+todos** visto que os personagens nesses casos parecem exprimir máximas sobre o mundo.

### 5.2.3 Uso ambíguo (possível inclusão do falante)

Apenas 2 casos apresentam-se, a nosso ver, como ambíguos:

— *Não sei o que acham demais neste lugar! Abalar-se a gente para ver morros trepados por cima doutros!* (Guimarães SO, 222)

— (...) *vale a pena dar a gente um molho de esperanças que afinal murcham como o alecrim, para ter o prazer de possuí-lo.* (Fábio SO, 295)

Atribuímos a dificuldade de interpretação aqui pela inversão do sujeito, que aparece posposto ao verbo nos dois casos assim como ocorreu em (4) do subitem 5.2.2. A diferença é que, em (4), temos a certeza de que a personagem se inclui na fala porque se encontra num momento de expressão de seus sentimentos.

Chegamos, então, a um gráfico bastante diferente do anterior:

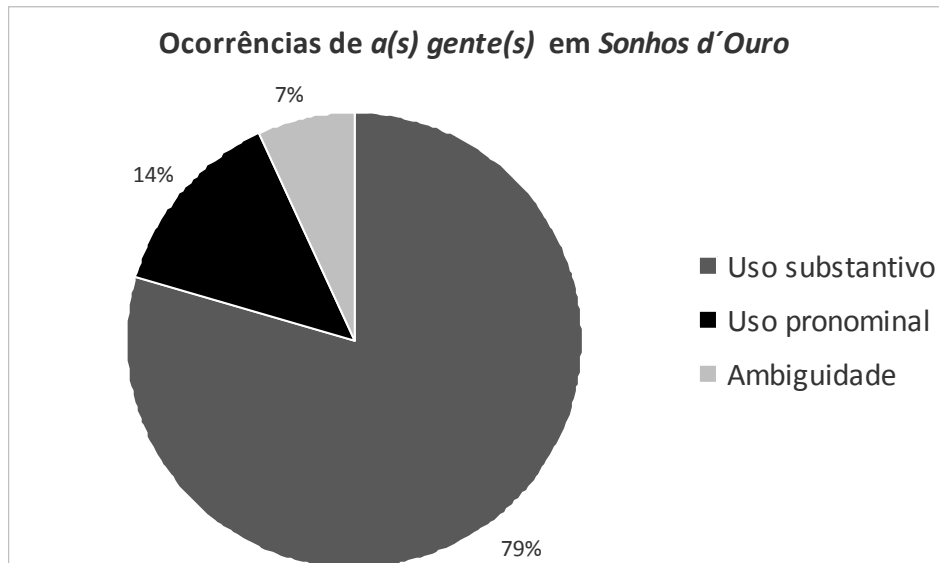


Gráfico 2- Ocorrências de *a(s) gente(s)* em *Sonhos d'Ouro*

E, enfim, a tabela do processo de gramaticalização em *Sonhos d'Ouro*:

processo de gramaticalização

Item lexical Sentido genérico (nenhum grau de inclusão)	Ambigüidade (possível inclusão do falante)	Item gramatical Sentido inclusivo (alto grau de inclusão)
(...) presentiu nele algum desses eternos sonhadores que se chamam poetas ou artistas: <b>gente</b> por quem as mulheres têm o mesmo fraco dos meninos pelas bolhas de sabão; (SO, 55)		- Se não fosse isso, <b>a gente</b> já estava morta de fome. (Gertrudes SO, 101)
- Não decore com este nome a tolerância do abuso e a transação cômoda que muita <b>gente</b> faz entre o seu interesse e o seu dever (Ricardo SO, 63)		
Havíamos de fazer uma bonita figura no meio dessa <b>gente</b> que arrotava ouro, nós dois pobretões. (SO, 70)		
Duvido que a tal velha tenha água bastante para matar a sede de tanta <b>gente!</b> Observou um cavaleiro. (SO, 92)		
(...) tencionava ir mais longe, até à habitação de uma pobre <b>gente</b> , conhecida de D. Joaquina, e às vezes por ela socorrida em suas misérias. (SO, 98)		
(...) D. Joaquina recebera por intermédio de algum quitandeiro um recado da pobre <b>gente</b> e exprimira a intenção de mandar-lhe qualquer pequeno socorro, como costumava. (SO, 98)	— Não sei o que acham demais neste lugar! Abalar-se <b>a gente</b> para ver morros trepados por cima doutros! (subst. ou pron.?) (Guimarães SO, 222)	
Esse terreiro era, não chovendo, a lavanderia, a copa, a cozinha e a sala da pobre <b>gente</b> (SO, 99)		- Foi dinheiro que chegou para <b>a gente</b> viver até agora. (Gertrudes SO, 102)
A Guida tinha dirigido "Edgard" para o lugar onde estava a secar a mesquinha louça da pobre <b>gente</b> , (...) (SO, 103)		
- Tome, Daniel, dê a esta <b>gente</b> : é para pagar o estrago que fez o cavalo." (Guida SO, 104)		
- De que, <b>gentes!</b> (Gertrudes SO, 105)		
Havia <b>gente</b> que não só copiava o milionário no vestuário e nos hábitos, como até na comida. (SO, 125)		
Os etimologistas, <b>gente</b> que profetiza o passado e inventa o esquecido, dizem que ouro, palavra de origem egípcia, significou primitivamente a luz, o sol, passando a designar o metal precioso por analogia. (SO, 126)		
- É preciso lidar com essa <b>gente</b> , para aprender-lhe as manhas, senão corre-se o risco de ser-se enganado a cada instante. (SO, 175)		
Ficou pois o Soares comendador, por uso e cortesia, como tanta <b>gente</b> boa; (SO, 180)		
- Perdão! Não tenho comenda de qualidade alguma; é uma intriga de certa <b>gente</b> . (Soares SO, 183)		— É bom <b>a gente</b> andar prevenido; e como eu é que hei de ser incumbido de arranjar os papéis na Conceição!... (Benício SO, 271)
O primeiro acolhimento de Soares foi como uma nomeação que ele recebesse, ali ante toda <b>gente</b> , de parasita da casa. (SO, 185)		
"Tenho grandes salas, ricos tapetes, cadeiras de estofado, soberbos jantares; mas preciso de <b>gente</b> de casaca, para encher estas salas, (...)" (SO, 185)		
—na opinião desta gente já tenho direito incontestável à dupla qualificação. (Ricardo SO, 226)	— (...) vale a pena dar <b>a gente</b> um molho de esperanças que afinal murcham como o alecrim, para ter o prazer de possuí-lo. (Fábio SO, 295)	
(...); eu porém que não estou para divulgar a malignidade, e comprometer-me com <b>gente</b> poderosa, substituo-lhe a reticência estrelada. (SO, 242)		
— Esta <b>gente</b> avalia do espírito, como do champanha, pelo estouro; (...). (Nogueira SO, 255)		— Deve <b>a gente</b> sentir-se no céu, quando faz-se instrumento da graça e misericórdia de Deus!... (Guida SO, 348)
- Mas para ter boas ideias, não há como essa <b>gente</b> . (Fábio SO, 283)		
— Pois esse dinheiro (...) bastava para fazer a felicidade de tanta <b>gente</b> e por toda a vida. (Guida SO, 347)		

— Que <b>gente</b> ? ( <i>D. Guilhermina SO</i> , 347)		
--------------------------------------------------------	--	--

Tabela 3- Processo de gramaticalização do *a gente* em *SO*

### 5.3 Observações sobre o ambiente sintático de *a gente*

À luz de Lopes (2003, p. 22-3), que nos trouxe observações acerca do ambiente sintático de *(a) gente*, isto é, das possibilidades previsíveis de determinantes ou modificadores, decidimos analisar os casos encontrados *O Tronco do Ipê*, na ordem em que aparecem.

Para os casos substantivos, chegamos à seguinte tabela:

Determinante/modificador anteposto	Núcleo do SN	Determinante/modificador posposto
<i>a</i>	<i>gente</i>	<i>do lugar</i>
<i>a</i>		<i>pobre</i>
<i>a</i>		<i>do tom</i>
-		<i>malfazeja</i>
<i>tanta</i>		<i>que tem morrido</i>
<i>a</i>		<i>da vizinhança</i>
-		<i>do lugar</i>
-		<i>da vila</i>
<i>essa</i>		-
<i>essa</i>		-
-		<i>de quem não gostava</i>
<i>mais</i>		-
<i>a</i>		<i>de Belém</i>
<i>essa</i>		-
<i>essa outra</i>		<i>que me reduz ao papel de guia do viajante ou almanaque europeu</i>
<i>a</i>		<i>aqui</i>
-		<i>dessa condição</i>
-		<i>que se aproximava alumiado por archotes</i>
<i>minha</i>		-
<i>boa</i>		-
<i>minha</i>	-	

Tabela 4- Ambiente sintático de *a gente* como substantivo

Pela tabela acima, é possível confirmar o funcionamento de *(a) gente* como nome – e não como pronome –, uma vez que os casos confirmam dois pontos cruciais do que fora concluído por Lopes (2003) (*Figura 1*): (i) nomes admitem determinante anteposto e pronomes não; (ii) nomes admitem determinação simultânea e pronomes não. O único ponto não confirmado foi o de que *nomes podem funcionar como determinantes e pronomes não*, certamente, devido ao fato de o substantivo *gente* não se enquadrar entre os poucos que funcionam, em língua portuguesa, como determinante.

As ocorrências de nome que não entraram na tabela foram as que apresentaram núcleo isolado:

- (1) – *Assim viveram muitos anos, tão felizes, que era um contentamento para toda gente;* (Chica TI, 71)
- (2) – *É um demoninho em corpo de gente.* (D. Júlia TI, 115)
- (3) – **Gente!** *Este mocinho é doudo!* (Felícia TI, 51)
- (4) – *Mas gentes, o noivo? Ainda não se disse uma palavra do noivo; que ingratição!* (Felícia TI, 56)
- (5) – **Gentes!** *Quedê nhanhã Alice?* (Eufrosina TI, 78)
- (6) – **Gentes,** *quedê a colcha rica da cama dos noivos?* (Eufrosina TI, 157)
- (7) – *Pois gentes! Eu cá torno a dizer.* (Vicência TI, 223)

É interessante perceber que as ocorrências de núcleo isolado demonstram um uso particular: o exemplo (1) é o caso em que *gente* encontra-se precedido do pronome *toda*, que consideramos sintagma nominal independente e não determinante; no exemplo (2), o substantivo *gente* tem um significado de caráter bastante universal, designando o ser humano em geral; já os exemplos de (3) a (6) pertencem às situações comunicativas de interpelação.

Ao analisarmos os exemplos de ambiguidade, vimos que a ambiguidade está, em termos sintáticos, justamente no fato de não ser possível afirmar peremptoriamente se o *a* anteposto ao *gente* é determinante ou se parte da expressão que equivaleria a *nós*:

– *Estes meninos da roça são mesmo assim. Está que na corte a gente não vê destas cousas. Meninos tão bem ensinadinhos, que é um gosto!* (Felícia TI, 42)

– *Era uma Virgem Maria. Os cabelos verdes, tão verdes, chegavam até os pés e ainda arrastavam; nhanhã não tem visto aqueles fios muito compridos, que às vezes andam boiando em cima d'água? A gente chama limo; são as tranças dela.* (Chica TI, 70)

– *De tempos em tempos ela vem à terra para afogar a gente, e todo o menino que entra no rio, ela agarra para servir de criado ao filho.* (Chica TI, 72)

– *Era à moda de presepe. A gente via o boqueirão como uma pintura, (...)* (Benedito TI, 290)

O mesmo ocorre nos exemplos a seguir com a ressalva de que a ambiguidade também se dá por conta do que Neves (2008, p. 518) chamou de “coordenada espaço da enunciação”, isto é, um dêitico de lugar ao lado do núcleo do SN, que, no caso, abre possibilidade para a inclusão ou não do falante.

– *Tinha-se passado muito tempo, para **a gente da terra**, que para as fadas não há tempo. (Chica TI, 71)*

*Segundo outros, esse Benedito não era senão o mesmo pai Inácio, ou para melhor dizer, um rebotalho do inferno que tomara figura de negro para tentar **a gente cá** na terra. (TI, 77)*

Por fim, para os 16 casos de *a gente* como pronome não houve ocorrência com determinante, mas os exemplos seguiram o previsto por Neves (2008, p. 515): (a) são sempre formas tônicas; (b) levam o verbo para a terceira pessoa quando funcionam como sujeito; (c) podem desempenhar a função de objeto direto sem alteração de forma e sem exigir preposição – diferente dos outros grupos de pronomes; (d) aceitam preposição.

Todas as ocorrências são tônicas e, para ilustrar (b), bastam dois exemplos dos muitos que aparecem:

– *Então **a gente vai** indo, ou espera aqui pela Eufrosina? (Felícia TI, 52)*

– *Jesus! Só se **a gente estivesse** doida, nhanhã. (Eufrosina TI, 173)*

No segundo exemplo, nota-se ainda uma concordância de gênero do adjetivo *doida* que se pode justificar tanto pela concordância com o nome *gente* (feminino) quanto com as pessoas envolvidas na cena, as quais de fato são mulheres.

Ainda sobre a flexão dos verbos que acompanham o pronome, destacaram-se duas falas de personagem construídas com infinitivo e gerúndio. Esses casos colaboraram para o grupo do *eu+todos* (*subitem 5.1.2*) por seu alto grau de indeterminação, sem dirigir-se, portanto, a apenas uma pessoa específica:

– *Ora vejam só! dizia a mucama, se isto não é mesmo para **a gente fazer** uma... Depois, ai! que Eufrosina é má. (Eufrosina TI, 51)*

– *Pois então, nhanhã. **A gente** assim vadiando... dá sono. (Paula TI, 187)*

Como exemplo do item (c), há uma passagem em que *a gente* funciona como objeto direto do verbo transitivo direto *cegar*:

– *Os olhos não têm cor; é assim como uma claridade da lua que está cegando **a gente**. (Chica TI, 70)*

Por fim, existem quatro exemplos que ilustram (d) no romance:

– *Ora vejam só! dizia a mucama, se isto não é mesmo para a gente fazer uma... Depois, ai! que Eufrosina é má. Deixe estar, senhor Mário, que chegando em casa, sinhá D. Francisca há de saber. Oh! se há de!* (Eufrosina TI, 51)

– *Querem ver que nhanhã se escondeu para meter susto à gente!* (Martinho TI, 79)

– *Não! murmurou dentro d'alma. Quem há de enterrar a eles?... Depois, Benedito!... Sempre é tempo para a gente deixar este cativo!* (Benedito TI, 132)

– *Sai daí, nhanhã! Exclamou Paula atuando a menina com a familiaridade da preta velha. Não zomba da gente!* (Paula TI, 181)

## 5.4 Estudo das formas oblíquas

### 5.4.1 A colocação pronominal em *O Tronco do Ipê*

A defesa de Alencar a respeito de sua colocação pronominal está, como já dissemos, no Pós-Escrito à 2ª edição de *Iracema*. Defendeu, com muito afincio, a elegância, eufonia e clareza de pensamento para a colocação pronominal, reagindo principalmente às críticas de que estaria usando, erroneamente, a colocação proclítica. Utiliza também como álibi o respeito à tonicidade que determina a colocação da partícula em favor do ritmo.

Observamos na fala do personagem Mário esse cuidado do autor:

– *Mas essas recordações **me** faziam mal!* (Mário TI, 229)

A opção pela próclise tem na passagem acima o possível objetivo de evitar uma espécie de eco da consoante bilabial /m/: *faziam-me mal*.

Como já visto, no século de Alencar, a colocação pronominal era mais livre do que foi no século XX. Vimos também que a prescrição em torno desse assunto oscilou bastante de gramática para gramática; sendo assim, para orientar nossas observações das escolhas de Alencar, utilizaremos a *Gramática Expositiva* (1957) de Eduardo Carlos Pereira pela relevância que teve essa obra no século passado.



Inicialmente, fato que nos chamou atenção foi, no levantamento de dados de *O Tronco do Ipê*, encontrar o uso de próclise em início de período no discurso de uma personagem não pertencente à classe popular, a afilhada do barão, Adélia:

– **Me** deixe, Alice! (Adélia TI, 66)

Podemos explicar esse uso de acordo com a tese de que Adélia ainda era criança quando se pronunciou de tal forma, pois, quando adulta, a moça parece dominar a colocação lusitana:

– *Pretende eclipsar-se de novo deixando-nos às escuras, como estes dias passados em que ninguém o viu a não ser no jantar e isso mesmo de relance?* (Adélia TI, 241)

A respeito da regra de não iniciar período por pronomes oblíquos, Pereira (1957, p. 264) observa que não é absoluta no Brasil. Por outro lado, encontramos exemplos em que o personagem escolarizado Mário profere:

– **Recordo-me**, disse Mário rindo a seu pesar. (Mário TI, 226)

Há, ainda, ênclise em início de período no formal discurso entre Mário e Alice:

– **Enfadou-se** comigo!

– **Enfadar-me** por tão pouco... Não, senhora; (...). (Alice e Mário TI, 240)

Além do exposto, as recomendações para uso de ênclise em Pereira (1957, p. 265) são em casos com gerúndios (1) – à exceção de locuções perifrásticas (2) e gerúndio precedido de *em* (3<sup>14</sup>) –, infinitivos (4) e em casos de frases imperativas (5). Seguem os respectivos exemplos encontrados em *O Tronco do Ipê*:

(1);(4) – *Pretende eclipsar-se de novo deixando-nos às escuras, como estes dias passados em que ninguém o viu a não ser no jantar e isso mesmo de relance?* (Adélia TI, 241)

(2) *Mal se ia habituando ao constante borbórinho que o cercava (...)* (TI, 244)

(5) *Imagine-se pois qual devia ser...* (TI, 240)

---

<sup>14</sup> Não foram encontradas em TI estruturas de gerúndio precedido de *em*.

É possível assinalar, contudo, nas falas do narrador, de D. Luíza e de Alice, locução perifrástica com gerúndio, construída de acordo com o falar brasileiro e contrariando a alegação de Manuel Bandeira, que falava em posposição:

*Pouco a pouco a figura da mãe-d'água, de sombra que era, foi se debuxando a seus olhos.* (TI, 83)

— [...] *Este passeio já está me dando cuidado!* (D. Luíza TI, 116)

— *Está se fazendo desejado, o tal sr. Mário! acudiu ela com um sorriso faceiro.* (Alice TI, 173)

De acordo com a regra para que chamou atenção Said Ali (2008[1909], p. 25) sobre a não atração dos pronomes pessoais, está a fala de D. Luíza:

*Eu vi-as quando saíram; íamos almoçar.* (D. Luíza TI, 114)

Para que se use próclise, Pereira (1957, p. 266) sugere que ocorram frases negativas (1), proposições subordinadas (2), proposições optativas (3<sup>15</sup>) e casos em que pronomes indefinidos (4) e advérbios (5) precedam os verbos. Ilustremos:

(1) – *Não lhe faltarão outros mais esplêndidos.* (Mário TI, 241)

(2) (...) *mas sinto que a amaria, se não fosse esta horrível suspeita!...* (Mário TI, 261)

(4) *Aquilo que nos lembrava de você, tudo se conservou, até o caminho (...);* (Alice TI, 228)

(5) - *Mas agora me lembro que vi.* (Domingos Pais TI, 219)

Na *Introdução*, dissemos que Manuel Bandeira sugere que a única manifestação do brasileirismo de Alencar estava em colocar o pronome oblíquo posposto em orações relativas. No romance de 1871, no entanto, encontramos a oscilação entre as duas colocações em caso de relativas: tanto o uso da próclise (1) quanto o da ênclise (2) para o narrador:

(1) (...) *lembrando um desses enormes cães da Terra-Nova, que se deixam pacientemente fustigar por uma criança, mas estrangulariam o homem que os irritasse.* (TI, 66)

(2) (...) *e um perfume ingênuo e agreste que penetrava-**lhe** os seios d'alma;* (TI, 248)

<sup>15</sup> Não foram encontradas em TI proposições optativas com pronome oblíquo.

Para o narrador, assim como não há obediência completa aos casos de orações relativas, não há rigidez em relação ao uso de próclise em frases negativas.

(...) *Alice contente por ver seu companheiro de infância, não ocupou-se mais senão dele* (TI, 239)

Quanto ao uso de mesóclise, podemos dizer que são raríssimas as ocorrências, restringindo-se ao narrador:

*Dir-se-ia um colibri esvoaçando por uma sebe de flores murchas e rasteiras.* (TI, 189)  
*Custar-lhe-ia a vida o sacrifício; mas sentia-se com a coragem de tentá-lo.* (TI, 266)

Ocorre mesóclise, no entanto, em caso particular de discurso indireto livre com o personagem Mário:

*Ficaria reduzido a um labrego sem educação; e **vingar-se-ia** como costuma gente dessa condição, com um tiro ou uma facada.* (narrador/Mário TI, 261)

Na fala de Alice, Alencar optou por não utilizar a mesóclise, tão estranha e artificial ao dialeto brasileiro:

- *Se algum dia voltar, **nos achará** aqui, a ambas!* (Alice TI, 284)

#### 5.4.2 O pronome reto como acusativo ou como acusativo-sujeito

A construção com pronome reto funcionando como objeto direto não foi encontrada no romance *O Tronco do Ipê* – nem em *Sonhos D'Ouro* que nos tem servido neste trabalho como grupo-controle. Isso confirma as ideias de Elia (1975, p. 57): “a língua literária, pelo menos até o Modernismo, não adotou semelhante coloquialismo”.

Sobre as estruturas de pronome reto como acusativo-sujeito de infinitivo, o professor Sílvio Elia afirma: “Em Alencar, que adotamos como protótipo da prosa romântica não se registra tal emprego” (ELIA, 1975, p. 57). Essa afirmação não só é feita por Elia como é embasada em ideias de Cândido Jucá Filho, que faz troça do uso de construções tipicamente lusitanas encontradas em *Iracema* e faz uma provocação: “Se Alencar se obstinasse em

escrever à brasileira, adotaria a construção que a toda hora ouvimos ao nosso redor: *a mesma lua que viu eles chegarem*” (JUCÁ apud ELIA, 1975, p. 57).

É preciso registrar, no entanto, que encontramos dois casos assim estruturados em *O Tronco do Ipê*<sup>16</sup>:

– *Faz tanto tempo que eu ouvia ela contar a sinhá, quando era mais pequena que nhanhã.* (Chica TI, 69)

– *Eu ouço ele chamar: “Pai Benedito! Pai Benedito!”* (Benedito TI, 74)

Não só encontramos o uso com infinitivo, como também um caso com gerúndio:

(...) *às vezes se vê ela olhando e rindo com tanta graça, Senhor Deus, (...)* (Chica TI, 72)

Por outro lado, no romance, as estruturas próximas à fala lusitana são as mais encontradas, ocorrendo em falas de personagens de classe alta ou nas palavras do narrador. Seguem exemplos:

*Papai mandou-a fazer há dois anos, por minha causa...* (Alice TI, 225)

(...) *mas eu fiquei arrependida e com tanto dó quando o vi chorar de raiva por não poder sair, que fui lhe pedir perdão: (...)* (Alice TI, 227)

*O olhar surpreso que lançou ao moço, fê-lo cair em si e dominar-se:* (TI, 228)

*Não desperte essas recordações; deixe-as dormir para sempre!* (Mário TI, 228)

*O vigário, vendo-as chegar, teve ímpetos de excomungar o seu acólito pelo pecado da gula,* (...) (TI, 235)

– *Mas o segredo, Alice? ... o segredo que ela dizia-lhe ao ouvido e que a faria morrer feliz!* (Mário TI, 268)

*Alice involuntariamente reunira as mãos súplicas no seio, sem compreender o sentimento que a levava a imitar o gesto do mancebo.* (TI, 269)

*D. Alina, vendo-o partir, conheceu que só devia contar consigo, e ficou de espreita.* (TI, 275)

– *Manda-o entrar.* (barão TI, 297)

---

<sup>16</sup> Já que a informação contraria duas autoridades, investigamos o aparecimento da estrutura em *Sonhos d’Ouro*, mas, no romance de 1872, não foi encontrada.

## CONCLUSÕES

Abordar o legado linguístico de um dos mais ilustres prosadores brasileiros foi tarefa árdua e de muita responsabilidade. Foi nossa intenção contribuir, de algum modo, para os estudos que exploram a escrita de José de Alencar, a incorporação da língua falada pela língua literária e as tensões entre o português brasileiro e o português europeu.

Pela inexistência de trabalhos anteriores sobre o tema, desenvolvemos melhor o uso da forma *a gente* no romance selecionado (*O Tronco do Ipê*) e ainda o fizemos com outro romance que nos serviu como grupo-controle (*Sonhos d'Ouro*).

Em *O Tronco do Ipê*, foram encontradas 50 ocorrências de *(a) gente(s)* das quais 28 (56%) têm comportamento substantivo (21 são referenciais e 7, interpelativas); 16 (32%) aparentam comportamento pronominal; e, finalmente, 6 (12%) demonstram ambiguidade interpretativa. Desprezando a ambiguidade, nossos dados para *O Tronco do Ipê* aproximaram-se das constatações de Lopes (2003, p. 104) em que 31% dos dados encontrados nos *corpora* do século XIX eram de *a gente* como pronome e 69% eram nomes.

Já em *Sonhos d'Ouro*, apesar de obra mais extensa, foram encontradas apenas 29 ocorrências de *(a) gente(s)* das quais 23 (79%) funcionam como substantivos – entre elas, somente 1 em situação de interlocução, todas as outras referenciais –; 4 (14%) têm papel pronominal; e 2 (7%) são ambíguas.

Observamos uma proeminência de uso pronominal – audaciosa, diríamos – na primeira obra, certamente relacionada ao projeto linguístico-literário a que pertence José de Alencar e ao perfil do romance. A despeito de representar um quantitativo inferior ao uso dos pronomes *nós*, *nos* e *conosco*, o uso recorrente de *a gente* como pronome manteve uma relação direta com os personagens escravos. Apenas dois casos de uso pronominal do *a gente* não se aplicam a escravos: um é falado por Mário, quando criança, e outro pelo conselheiro, compadre do Barão da Espera.

Na segunda obra, o aparecimento de *a gente* como pronome é muito tímido, mas novamente sai da boca de personagem popular, Gertrudes, mas também ocorre uma vez para o personagem Benício e outra para a pobre menina rica, Guida.

Nos dois romances, as manifestações de pronome foram inferiores às de nome, o que também confirma a etapa do processo de gramaticalização em que a forma se encontrava no século XIX demonstrada por Lopes (2003). Somente no século XX, a forma pronominal superou o uso substantivo.

A diferença de casos ambíguos não foi relevante, mas a diferença de porcentagem de casos lexicais e gramaticais foi expressiva como esperávamos. *O Tronco do Ipê* apresentar 32% das formas comportando-se como pronome demonstra maior abertura de José de Alencar em adotar a forma inovadora e gramaticalizada.

Levantamos a possibilidade de que o plural do substantivo *gente* ocorria no século XIX em frases com função interpelativa, pois nos dois romances assim se mostrou unicamente a forma pluralizada.

A respeito da colocação pronominal, não se encontrou uma lógica rígida para o uso em *O Tronco do Ipê*. Tendo sido apontado por Manuel Bandeira por pospor o pronome em orações relativas, Alencar não manteve o padrão. O que, na verdade, aconteceu foi um uso mais livre que, vez e outra, se aproximou da colocação brasileira para proporcionar um diálogo mais natural ao romance. O fato de ter evitado mesóclise também confirma essa ideia, mas, a respeito da colocação pronominal, ainda se pode dizer que Alencar foi conservador.

Encontramos ainda estruturas com pronome funcionando como acusativo-sujeito, o que, para nós, representa uma postura de verdadeira transgressão. É certo que teria sido ainda maior a ruptura se houvesse, no romance, a construção de pronome reto como acusativo, mas isso representa muito pouco se estamos falando de um escritor que superou as gramatiquices de seu tempo e a crítica feroz de seus contemporâneos.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. *Diva: perfil de mulher*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1951.
- \_\_\_\_\_. *Iracema* (Edição do Centenário 1865-1965). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1965.
- \_\_\_\_\_. *O Tronco do Ipê: romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1951.
- \_\_\_\_\_. *Sonhos D'Ouro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1951.
- \_\_\_\_\_. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: Typ de G Leuzinger & Filhos, 1893  
Disponível em:  
<<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00176100#page/6/mode/1up>>. Acesso em: 10 jan. 2014
- ALI, M. Said. *Dificuldades da Língua Portuguesa: estudos e observações*. 7. ed. Rio de Janeiro: ABL: Biblioteca Nacional, 2008 [1909].
- \_\_\_\_\_. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 7. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1971.
- ARARIPE JÚNIOR, T. de A. *Obra Crítica de Araripe Júnior*. (Dir. de A. Coutinho) 1. ed. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa; Brasília: MEC, 1958. 1 v.
- ASSIS, Machado de. Iracema. In: ALENCAR, José de. *Iracema* (Lenda do Ceará) e *Ubirajara* (Lenda Tupi). . 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957. p. 15-23.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- BECHARA, Evanildo. José de Alencar e a língua do Brasil. *Revista Brasileira* (ABL), n. 28, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri; revisão do Prof. Isaac Nicolau Salum. 4. ed. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- CÂMARA Jr., Mattoso. *Dispersos de Joaquim Mattoso Câmara*. Seleção e Introdução por Carlos Eduardo Falcão Uchoa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CÉSAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do Romantismo*. A contribuição europeia: crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à Literatura no Brasil*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

CUNHA, Celso. *Língua Portuguesa e realidade brasileira*. 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1977.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luiz F. de Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ELIA, Sílvio. Romantismo e Linguística. In: GUINSBURG, J. (Org.). *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 113- 135

\_\_\_\_\_. A contribuição linguística do Romantismo. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio de filologia e linguística*. 2 ed. refundida e aumentada. Rio de Janeiro: Grifo; Brasília: INL, 1975. p. 32-53

FALBEL, Nachman. “Os fundamentos históricos do Romantismo. In: GUINSBURG, J. (Org.). *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

GIVÓN, Talmy. From discourse to syntax: grammar as a processing strategy. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). *Discourse and syntax*. New York: Academic Press, 1979. p. 81-109.

GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. N (Org.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HOPPER, P.J. On some principles of a grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.C. e HEINE, B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Philadelphia, John Benjamins Company, 1991. v.1.

JUCÁ FILHO, Cândido. *A Gramática de José de Alencar*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1966.

\_\_\_\_\_. Uma obra clássica brasileira: Iracema, de José de Alencar. Tese de Concurso à cadeira de Português do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 1949. In: ALENCAR, José de. *Iracema* (Edição do Centenário 1865-1965). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1965.

LOPES, Célia Regina dos Santos. *A inserção de ‘a gente’ no quadro pronominal do português*. Frankfurt: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 2003. v.18, p.174.

LOPES, C. R. S.; VIANNA, J. B. S. “A gramaticalização do a gente no PB e no PE: como explicar as diferenças nos dois espaços geográficos?” In: CEZARIO, M. M.; CUNHA, M. A. F. (Org.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2013.



LYONS, John. Linguagem e Cultura. In: \_\_\_\_\_. *Lingua(gem) e Linguística*. Rio de Janeiro: LTC, 1990. p. 223-45.

MACIEL, Maximino. *Grammatica Descriptiva*. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1916.

MELO, Gladstone Chaves de. *Alencar e a "língua brasileira"*. 3. ed. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

\_\_\_\_\_. *A Língua do Brasil*. 4. ed. melhorada e aum. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

MONTEIRO, José Lemos. A sínclise na fala urbana culta do Rio de Janeiro. In: PEREIRA, Cilene da Cunha; PEREIRA, Paulo Roberto Dias (Org.). *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in memoriam de Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

MORAES, Marco Antônio de (Org.). *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 2001.

MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

NETO, Serafim da Silva. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1976.

NEVES, Maria Helena de Moura. Os Pronomes. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. v. 3: classes de palavras e construções.

OMENA, Nelize Pires de. A referência à primeira pessoa do discurso no plural. In: SILVA, G. M. O.; SCHERRE, M. M. P. (Org.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Departamento de Linguística e Filologia, UFRJ, 1996a.

\_\_\_\_\_. As influências sociais na variação entre nós e a gente na função de sujeito. In: SILVA, G. M. O.; SCHERRE, M. M. P. (Org.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Departamento de Linguística e Filologia, UFRJ, 1996b.

OMENA, N. P.; BRAGA, M. L. A gente está se gramaticalizando? In: MACEDO, A. T.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C. (Org.). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática expositiva: curso superior*. 105. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

PRETI, Dino. *Sociolinguística: os níveis de fala. Um Estudo Sociolinguístico do Diálogo na Literatura Brasileira*. 9. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

PINTO, Edith Pimentel (Org.). *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920, fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

RIBEIRO, João. *A língua nacional e outros estudos lingüísticos*; seleção e coordenação de Hildon Rocha. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979

SAPIR, Edward. *A Linguagem: introdução ao estudo da fala*. Tradução e Apêndice de J. Mattoso Câmara Jr. São Paulo: Editora Perspectiva, 1980.

TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (Org.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

URBANO, Hudimilson. *Oralidade na literatura: o caso Rubem Fonseca*. São Paulo: Cortez, 2000.